

The page features a decorative graphic on the right side consisting of three overlapping circles in shades of blue (dark, medium, and light) arranged vertically. Two thin blue lines originate from the top left and extend diagonally across the page, passing behind the circles. The largest circle is at the top right, a smaller one in the middle, and a large one at the bottom right, partially cut off by the page edge.

Projeto Curricular do Agrupamento

**Agrupamento de Escolas José Relvas - Alpiarça
2009-2013**

(atualizado em março de 2012)

Índice	2
Nota Introdutória	5
Nota Introdutória	6
I-Fundamentação	8
1.1 A Escola que temos	8
1.1.1 Meio sociocultural	8
1.1.2 Pontos fortes	8
1.1.3 Problemas Nucleares.....	9
1.2 A Escola que queremos	12
1.2.1 Objetivos	12
Organização	16
e Funcionamento	16
II-Organização e Funcionamento	17
2. Horário de Funcionamento das Escolas do Agrupamento	17
2.1 Escola Sede – E.B. 2,3/S de José Relvas	17
2.2 Escolas do 1º Ciclo	17
2.3 Escolas do Ensino Pré-escolar.....	18
Construção	19
Curricular	19
III-Construção Curricular	20
3.1 Organização dos departamentos curriculares	20
3.2 Desenho curricular	21
3.2.1 Primeiro Ciclo	21
3.2.2 Segundo Ciclo	21
3.2.3 Terceiro Ciclo	23
3.2.4 Ensino Secundário	25
3.2.4.1 Oferta formativa	25
3.2.4.2 Cursos Científico - Humanísticos	25
3.2.4.3 Curso Tecnológico.....	29
3.2.4.4 Curso Profissional	30
3.2.5 Cursos de Educação e Formação	33
3.2.6 Disciplinas com reforço educativo no Ensino Secundário	34
3.3 Educação Pré-Escolar	35
3.3.1 Princípios e valores da Educação Pré-Escolar.....	35
3.3.2 Objetivos gerais da Educação Pré-Escolar	36
3.4 Ensino Básico	37
3.4.1 Princípios e valores orientadores do currículo do Ensino Básico	37
3.4.2 Competências gerais do Ensino Básico.....	37
3.5 Atividades de Enriquecimento Curricular	38
3.5.1 Objetivos das A.E.C.....	38
3.5.2 Atividades de referências A.E.C.....	38
3.5.3 Carga horária das A.E.C.	39

3.6 Ensino Secundário	40
3.6.1 Estratégias de desenvolvimento do currículo	40
3.6.2 Princípios e valores orientadores do currículo	40
3.6.3 Competências gerais do currículo	41
3.7 Transdisciplinaridade da Língua Portuguesa	42
3.7.1 Critérios de apreciação formal – sugestão de correção	43
3.8 Áreas Disciplinares	44
3.8.1 Orientações para a planificação das Áreas Disciplinares.....	44
3.8.2 Competências Essenciais das Áreas Disciplinares	44
3.9 Áreas Curriculares não Disciplinares.....	44
3.9.1 Formação Cívica.....	44
3.9.2 Estudo Acompanhado (no ano letivo 2011/2012, de acordo o Decreto-Lei nº 94/2011, de 8 de agosto, deixa de fazer parte do currículo do 3º ciclo)	45
3.9.3 Área de Projeto (no ano letivo 2011/2012, de acordo com o Decreto-Lei nº 94/2011, de 8 de agosto, deixa de fazer parte do currículo)	46
3.9.4 Metodologias e estratégias para Área de Projeto.....	47
3.10 Projeto Curricular de Turma	49
3.10.1 Perfil do Diretor de Turma.....	49
3.10.2 Orientações para o P.C.T.	49
3.11 Estrutura do P.C.T.	50
3.11.1 Estrutura do P.C.T. do Pré-escolar.....	50
3.11.2 Estrutura do P.C.T. dos 1º, 2º e 3º Ciclos	51
3.12 Opções metodológicas do Agrupamento	52
3.13 Educação Especial/Apoio Educativo	53
3.14 Ensino Específico de Português Língua Não Materna (PLNM)(Despacho Normativo 7/2006, de 6 de Fevereiro)	55
3.15 Plano de Formação.....	56
<i>Avaliação.....</i>	<i>57</i>
<i>dos Alunos</i>	<i>57</i>
<i>IV-Avaliação dos Alunos.....</i>	<i>57</i>
4.1 Pré-escolar.....	58
4.2 Primeiro, segundo, terceiro ciclos e Ensino secundário.....	60
4.2.1 Objeto.....	60
4.2.2 Princípios	60
4.2.3 Intervenientes	61
4.3 Critérios de avaliação.....	61
4.3.1 Primeiro ciclo.....	62
4.3.2 Segundo e terceiro ciclos.....	62
4.3.3 Ensino Secundário	64
4.3.4 Cursos de Educação e Formação	66
Tabela de classificação de Fichas de avaliação e trabalhos dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico	67
Tabela de classificação de testes e trabalhos do ensino secundário	67
4.4 Modalidades de avaliação.....	67
4.4.1 Ensino básico	67
4.4.1.1 Avaliação diagnóstica	67
4.4.1.2 Avaliação formativa	67
4.4.1.3 Avaliação sumativa	69

4.4.2 Ensino secundário.....	69
4.4.2.1 Avaliação diagnóstica	69
4.4.2.2. Avaliação formativa	70
4.4.2.3 Avaliação sumativa	71
4.5 Critérios de progressão/retenção.....	72
4.5.1 Primeiro e segundo ciclos.....	72
4.5.1.1 Primeiro ano de escolaridade	73
4.5.1.2 Segundo ano de escolaridade	73
4.5.1.3 Terceiro ano de escolaridade	73
4.5.1.4 Quarto ano de escolaridade	74
4.5.1.5 Quinto ano de escolaridade.....	75
4.5.1.5 Sexto ano de escolaridade (Despacho Normativo 1/2005).....	75
4.5.2 Critérios de progressão/retenção – 3º Ciclo	76
4.5.2.1 Sétimo e oitavo anos de escolaridade	77
4.5.2.2 Nono ano de escolaridade.....	77
4.6 Critérios de aprovação, transição e progressão – Ensino Secundário	78
4.7 Reapreciação dos resultados da avaliação.....	78
4.8 Avaliação das áreas curriculares não disciplinares.....	79
4.8.1 Estudo Acompanhado e Formação Cívica	79
4.8.1.1 Estudo Acompanhado.....	79
4.8.1.2 Formação Cívica.....	79
4.8.1.3 Atividades de Acompanhamento e Estudo – 3º Ciclo (no ano letivo 2011/2012, de acordo com o Decreto-Lei nº 94/2011, de 3 de agosto, integra o currículo)	80
4.8.2 Área de Projeto (no ano letivo 2011/2012, de acordo com o Decreto-Lei nº 94/2011, de 3 de agosto, deixa de fazer parte do currículo)	81
<i>Avaliação.....</i>	82
<i>do Projeto.....</i>	82
<i>V-Avaliação do Projeto.....</i>	83
5.1 Explicitação dos mecanismos de avaliação/ verificação/ controlo	83
<i>Nota.....</i>	84
<i>Conclusiva.....</i>	84
<i>VI- Nota Conclusiva.....</i>	85
<i>Bibliografia.....</i>	87
<i>Anexos.....</i>	89
1 – Competências Essenciais do Currículo do Ensino Básico (O Despacho nº 17169/ 2011, de 23 de dezembro revoga o documento Currículo Nacional do ensino Básico – Competências Essenciais) ..	89
2 – Finalidades do Ensino Secundário	89

Nota Introdutória

Nota introdutória

PROJECTO CURRICULAR DO AGRUPAMENTO JOSÉ RELVAS

Nota Introdutória

O Projeto Curricular de uma Escola surge associado à ideia de que o ensino necessita de ser percecionado numa conceção de projeto, visto ser algo profundamente dinâmico, que permite apropriações e adequações às diferentes realidades.

É um instrumento de gestão pedagógica da Escola, gerador de intervenção para uma melhor qualidade. Deverá fomentar uma cultura de reflexão e de articulação de processos de ensinar e de fazer aprender, bem como o trabalho cooperativo entre professores e outros elementos da comunidade educativa.

Define-se em função do Currículo Nacional e do Projeto Educativo do Agrupamento, partindo do nível de prioridades das competências essenciais e transversais, em torno dos quais deverá ser organizado, não descurando os contextos que deverão ser trabalhados em cada área curricular, tendo por referência a análise vertical dos problemas.

L. Del Carmen e A. Zabala definem-no como “um conjunto de decisões articuladas, partilhadas pela equipa docente de uma Escola, tendentes a dotar de maior coerência a sua atuação, concretizando as orientações curriculares de âmbito nacional em propostas globais de intervenção pedagógico-didática adequadas a um contexto específico”.

Tendo em atenção a estes pressupostos e partindo da análise do nosso Projeto Educativo e da identidade que nos caracteriza, elaborámos o presente Projeto Curricular, que – desejamos – seja o pilar da construção de aprendizagens que integram o currículo apropriado à comunidade educativa do nosso Agrupamento.

Para finalizar esta breve nota introdutória, consideramos pertinente a referência aos documentos oficiais que estiveram na base da elaboração deste Projeto. Assim, esses documentos foram os seguintes:

- Decreto-Lei nº 6/2001 de 18 de Janeiro
- Organização Curricular e Programas do Ensino Básico
- Decreto-Lei nº 240/2001 de 30 Agosto
- Decreto-Lei nº 74/2004 de 26 de Março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 24/2006, de 6 de Fevereiro
- Decreto-Lei n.º 272/2007 de 26 de Julho
- Portaria nº 550-A/2004, de 21 de Maio, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 260/2006, de 14 de Março

- Portaria nº 550-C/2004, de 21 de Maio, com as alterações introduzidas pela Portaria 797/2006, de 10 de Agosto
- Portaria nº 550-D/2004, de 21 de Maio, com as alterações introduzidas pela Portaria nº 259/2006, de 14 de Março
- Despacho Conjunto nº 453/2004, de 27 de Julho, com alterações introduzidas pela retificação nº1673/2004, de 7 de Setembro
- Orientações curriculares para o Ensino Pré-escolar

I-Fundamentação

1.1 A Escola que temos

1.1.1 Meio sociocultural

O Agrupamento de Escolas de José Relvas, Alpiarça, localiza-se no concelho de Alpiarça que fica situado no distrito de Santarém, no Ribatejo ou vale do Tejo, região da Lezíria do Tejo. O tipo de povoamento do concelho é concentrado, na medida em que cerca de 80% da população reside na vila. Em relação aos níveis educacionais da população, o analfabetismo, nos últimos anos têm ocorrido algumas transformações positivas no concelho de Alpiarça. A taxa de analfabetismo diminuiu de 32% em 1981, para 20% em 1991, trata-se de um valor elevado e bastante superior à média nacional (cerca de 11%). No concelho de Alpiarça, o comércio e os serviços viram a sua importância relativa aumentar ao longo do tempo, passando o sector terciário a ocupar mais de metade da população ativa.

1.1.2 Pontos fortes

No nosso Agrupamento são de realçar os seguintes aspetos positivos:

- Articulação com a Associação de Pais e Encarregados de Educação com bons níveis de participação e responsabilização no desenvolvimento do Projeto Educativo.
- Articulação e trabalho desenvolvido pelo Projeto de Intervenção Primária em Contexto Escolar, Projeto de Educação para a Saúde, Serviço de Psicologia e Orientação, Grupo de Educação Especial/ Apoio Educativo e Direção de Turma.
- Clima de entreaajuda e relações interpessoais, envolvendo os diferentes agentes da comunidade educativa.
- Dinâmica desenvolvida no âmbito do Desporto Escolar.
- Dinamização e trabalho desenvolvido no âmbito da BE/CRE.
- Empenho e capacidade de trabalho da Direção na gestão do Agrupamento.

- Empenho, envolvimento e motivação do pessoal docente e não docente.
- Estabelecimento de protocolos/parcerias com diferentes entidades/instituições.
- Redução progressiva dos atos de indisciplina e da taxa de alunos que abandonam sem diploma a escolaridade básica.
- Valorização dos trabalhos dos alunos e implementação dos Quadros de Valor e Excelência que servem de referência para maiores níveis de qualidade e exigência no desempenho do próprio Agrupamento.

1.1.3 Problemas Nucleares

A identificação dos problemas nucleares organiza-se em três grandes eixos:

- Avaliação/Organização.
- Sucesso/Insucesso.
- Segurança.

Avaliação/Organização

Problemas Nucleares

- Ausência de uma equipa de autoavaliação formal, estável e permanente.
- Ausência de instrumentos para executar a avaliação do Agrupamento.

Sucesso/Insucesso

Problemas Nucleares

- Ausência de instrumentos para avaliar a articulação, horizontal e vertical, do processo ensino/aprendizagem.
- Pouca atenção dada à sequencialidade dos conteúdos e das aprendizagens nos diferentes ciclos de ensino.
- Dificuldade de implementação da articulação horizontal e vertical, de forma sistematizada.
- Pouca participação dos encarregados de educação na vida do Agrupamento.
- Flutuação das taxas de sucesso.
- Elevada percentagem de alunos sem sucesso pleno.
- Falta de empenho de alguns alunos para o sucesso educativo.
- Pouca participação dos alunos nas decisões que influenciam o funcionamento da escola.
- Desadequação de respostas materiais e humanas face ao aumento do número de alunos com NEE de carácter permanente.
- Falta de agilidade nos processos formais, que limita a disponibilidade para a discussão e implementação de estratégias conjuntas para o sucesso.
- Ausência de qualidade mínima de alguns equipamentos/salas (estores, quadros, mobiliário...).
- Discrepância entre a qualidade dos recursos materiais disponíveis e o sucesso a alcançar.
- Fraca cultura de “saber estar” e de formação cívica dos alunos.

Segurança

Problemas Nucleares

- Limitações físicas que levam à falta de controlo das entradas e saídas dos alunos.
- Rácio aluno/auxiliares inadequado às necessidades do Agrupamento, face às suas características.
- Ausência de um Plano de Segurança Integrado que identifique riscos e que articule planos de acção e de Emergência.

1.2 A Escola que queremos

Conforme consignado no Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de José Relvas, destacam-se os seguintes princípios orientadores:

- princípio do saber/a valorização do conhecimento;
- princípio da qualidade do ensino-aprendizagem;
- princípio da cidadania e da participação democrática na Escola e no meio;
- princípio da integração, no respeito pela diferença;
- princípio do respeito pela natureza e património construído.

1.2.1 Objetivos

A definição dos objetivos organiza-se em três grandes eixos:

- Avaliação/Organização.
- Sucesso/Insucesso.
- Segurança.

Avaliação/Organização

Objetivos:

- Criar a equipa de autoavaliação do Agrupamento.
- Aperfeiçoar o processo de autoavaliação, de forma a tornar evidentes todos os aspetos relevantes da dinâmica do Agrupamento;
- Orientar a autoavaliação como metodologia sistemática que monitorize a eficácia do desempenho global do Agrupamento.
- Iniciar a monitorização dos objetivos.
- Criar um Plano de Formação que responda às reais necessidades dos docentes e não docentes.

Sucesso/Insucesso

Objetivos:

- Criar a equipa de articulação curricular do Agrupamento.
- Aperfeiçoar o processo de articulação curricular, de forma a tornar evidentes todos os aspetos de natureza pedagógica.
- Iniciar a monitorização da opinião dos EE relativa aos entraves à sua participação na vida do Agrupamento.
- Criar as condições necessárias à participação ativa dos encarregados de educação na dinâmica do Agrupamento.
- Atingir uma flutuação máxima de 2 % no Agrupamento, por ano letivo.
- Atingir uma flutuação máxima de 8 %, em cada ano de escolaridade, por ano letivo.
- Atingir uma flutuação máxima de 15 %, em cada ano de escolaridade, nos percursos com menos de 15 alunos, por ano letivo.
- Desenvolver atividades no Estudo Acompanhado no âmbito dos métodos de trabalho e estudo (1º e 2º Ciclos).
- Criar condições para a implementação do Projeto Hippy (dos 0-6 anos).
- Implementar, no Pré-escolar, o Plano de Leitura da sala/turma.
- Fomentar a cooperação entre os alunos dos quarto e primeiro anos ao nível da integração, das atitudes e comportamento e da socialização.
- Implementar, no 1º Ciclo, o Plano de leitura da turma.
- Continuar a desenvolver os Planos de Leitura de Turma a partir do 1º Ciclo.
- Criar condições para a implementação do Projeto Ciências (primeiro ciclo).
- Melhorar a articulação vertical e horizontal entre os 1º e 2º ciclos.

- Implementar o Plano de Ação da Matemática no 1º Ciclo e continuar a desenvolver as atividades nos 2º e 3º Ciclos.
- Continuar a desenvolver práticas de avaliação diagnóstica, formativa e de autoavaliação.
- Criar salas de estudo específicas.
- Otimizar os Planos de Recuperação e de Acompanhamento.
- Utilizar as ferramentas da BE/CRE para promover o sucesso educativo.
- Fomentar a cooperação entre alunos de diferentes ciclos de ensino na resolução de problemas/dificuldades.
- Ocupar o tempo escolar dos alunos, tendo em vista a melhoria do sucesso escolar e educativo.
- Continuar a realizar visitas de estudo / encontros /palestras / fóruns / colóquios.
- Monitorizar a dinâmica do Agrupamento, tendo em vista o sucesso escolar.
- Continuar a dinamizar projetos no âmbito do Enriquecimento Curricular.
- Implicar os encarregados de educação no processo de ensino/aprendizagem dos seus educandos.
- Promover o empenho de alguns alunos para o sucesso educativo.
- Continuar a promover o Quadro de Excelência.
- Premiar as evoluções dos alunos.
- Responsabilizar os alunos.
- Divulgar as boas práticas dos alunos.
- Responsabilizar os encarregados de educação.
- Criar as condições materiais e humanas para dar resposta às dificuldades/problemas dos alunos com NEE de carácter permanente.
- Simplificar as reuniões do CP, Departamento e CT.
- Definir prioridades de melhoria das condições físicas das escolas do Agrupamento.
- Melhorar as condições físicas das salas das escolas do Agrupamento.
- Criar uma cultura de “saber estar”.
- Cumprir, em sala de aula e fora dela, os deveres estabelecidos no Regulamento Interno.

Segurança

Objetivos:

- Alterar as condições físicas da escola que possibilitem um maior controlo das entradas e saídas dos alunos.
- Atingir um rácio de alunos/auxiliares de ação educativa adequado às necessidades educativas e de segurança.
- Criar uma estratégia integrada de segurança no Agrupamento: plano de segurança, plano de emergência e plano de contingência.

Organização e Funcionamento

Organização e Funcionamento

PROJETO CURRICULAR DO AGRUPAMENTO JOSÉ RELVAS

II-Organização e Funcionamento

2. Horário de Funcionamento das Escolas do Agrupamento

As escolas iniciarão e terminarão as atividades letivas nos prazos previstos na legislação vigente, salvo situações excepcionais.

2.1 Escola Sede – E.B. 2,3/S de José Relvas

As aulas funcionam em regime diurno, com o período da manhã (entre as 08:20h e 13:20h) e o período da tarde (entre as 13:35h e 18:30h).

A duração das aulas é de 45, 90 ou 135 minutos, dependendo da carga horária de cada disciplina.

Entre cada aula, no regime diurno, haverá um intervalo de 10 minutos, exceto o primeiro intervalo da manhã e o primeiro da tarde, que são de 20 minutos e os últimos intervalos da manhã e da tarde, que são de 5 minutos.

2.2 Escolas do 1º Ciclo

Os horários das EB1 pertencentes ao Agrupamento são definidos de acordo com o disposto no Decreto-lei 373/01, de 23 de Abril, sendo o seguinte:

- Escola EB1 / JI de Alpiarça
Período da manhã: 9:00h às 12:00h
Período da tarde: 13:30h às 17:30h

- Escola EB1 Professor Abel Avelino (Inaugurada no ano letivo 2011/2012)
Período da manhã: 9:00h às 12:00h
Período da tarde: 13:30h às 17:30h

- Escolas EB1 do Casalinho / Frade de Cima / Frade de Baixo
Período da manhã: 9:30h às 12:30h
Período da tarde: 13:30h às 17:30h

2.3 Escolas do Ensino Pré-escolar

Os horários dos Jardins de Infância pertencentes ao Agrupamento são definidos de acordo com os Decretos-lei n.º 542/79, de 31 de Dezembro e n.º 147/97, de 11 de Junho, sendo o seguinte:

Período da manhã: 09:00h às 12:00h

Período da tarde: 13:30h às 15:30h

Nota: Durante os períodos da manhã e da tarde o docente gere, consoante as atividades desenvolvidas, o tempo de acompanhamento das crianças entre o espaço/Sala de Atividades, Sala Polivalente e espaços exteriores (recreio) ou visitas ao exterior/comunidade.

Estes horários podem ainda ser alargados, desde que exista Componente de Apoio à Família, de acordo com a Portaria n.º 583/97, de 1 de Agosto.

O horário da Componente de Apoio à Família é o seguinte:

Período de almoço: 12:00h às 13:30h

Período da manhã/tarde: 8:00h às 9:00h / 15:30h às 17:30h

Construção Curricular

Curricular

PROJETO CURRICULAR DO AGRUPAMENTO JOSÉ RELVAS

III-Construção Curricular

3.1 Organização dos departamentos curriculares

Departamento	Grupos Disciplinares
Educação Pré-Escolar	Educadoras de Infância
1º Ciclo	Docentes do 1º Ciclo
Línguas	Língua Portuguesa / Português Inglês Francês Espanhol
Ciências Exatas, Experimentais e da Natureza	Matemática / Economia Ciências da Terra e da Vida / Agropecuária Ciências Físico-Químicas Informática
Ciências Sociais e Humanas	História Geografia Filosofia/Psicologia/EMRC
Expressões	Educação Artística Educação Física Educação Especial

3.2 Desenho curricular

3.2.1 Primeiro Ciclo

1º Ciclo	
	Horas
Língua Portuguesa (incluindo uma hora diária para a leitura)	8
Matemática	7
Estudo do Meio (metade para o Ensino Experimental das Ciências)	5
Gerir de forma flexível nas áreas das expressões curriculares e restantes áreas	5

3.2.2 Segundo Ciclo

2º Ciclo		
Disciplinas/ Áreas não disciplinares	5º ano	6º ano
Língua Portuguesa	90+90+45 (5h)	90+90 (4h)
HGP	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Inglês	90+45 (3h)	90+90 (4h)
Espanhol	90+45 (3h)	90+90 (4h)
Matemática	90+90 (4h)	90+90+45 (5h)
C. Natureza	90+45 (3h)	90+45 (3h)
EVT	90+45 (3h)	90+45 (3h)
E. Musical	90+45 (3h)	90+45 (3h)
E. Física	90+45 (3h)	90+45 (3h)
AP	90 (2h)	90 (2h)
EA	90+45 (3h)	90 (2h)
FC	45 (1h)	45 (1h)
EMRC	45 (1h)	45 (1h)
TOTAL 1	33h¹	33h¹

¹Carga horária total sem a disciplina de EMRC.

Nota: No 5º ano a oferta de escola está atribuída a Língua Portuguesa e no 6º ano está atribuída a Matemática.

2º Ciclo (ano letivo 2011/2012, de acordo com o Decreto-Lei nº 94/2011 de 3 de agosto)

Disciplinas/ Áreas não disciplinares	5º ano	6º ano
Língua Portuguesa	90+90+90 (6h)	90+90 +90(6h)
HGP	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Inglês	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Espanhol	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Matemática	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)
C. Natureza	90+45 (3h)	90+45 (3h)
EVT	90+45 (3h)	90+45 (3h)
E. Musical	90+45 (3h)	90+45 (3h)
E. Física	90+45 (3h)	90+45 (3h)
EA	90 (2h)	90 (2h)
FC	45 (1h)	45 (1h)
EMRC	45 (1h)	45 (1h)
TOTAL 1	33h¹	33h¹

¹Carga horária total sem a disciplina de EMRC.

3.2.3 Terceiro Ciclo

3º Ciclo			
Disciplinas/ Áreas não disciplinares	7º ano	8º ano	9º ano
Língua Portuguesa	90+90+45 (5h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Inglês	90+45 (3h)	45+45 (2h)	90+45 (3h)
Francês	90+45 (3h)	90+45 (3h)	90 (2h)
Espanhol	90+45 (3h)	90+45 (3h)	90 (2h)
História	45+45(2h)	45+45 (2h)	90+45 (3h)
Geografia	90(2h)	90+45 (3h)	90 (2h)
Matemática	90+90 (4h)	90+90+45 (5h)	90+90 (4h)
Ciências Físico-Químicas	90 (2h)	90 (2h)	90 (2h)
Ciências Naturais	90 (2h)	90 (2h)	90+45 (3h)
Ed. Visual	90 (2h)	90 (2h)	90+45 (3h) ¹
Ed. Tecnológica	90 (2h) ³	90 (2h) ³	90+45 (3h) ¹
Tecnologias da Comunicação	90 (2h) ³	90 (2h) ³	90+45 (3h) ¹
Ed. Física	90+45 (3h)	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Área de Projeto	90 (2h)	90 (2h)	45 (1h)
Estudo Acompanhado	90 (2h)	90 (2h)	90 (2h)
Formação Cívica	45 (1h)	45 (1h)	45 (1h)
TIC	-	-	90 (2h)
EMRC	45 (1h)	45 (1h)	45 (1h)
TOTAL 1	35h²	35h²	35h²

¹A escolher uma disciplina.

²Carga horária total sem a disciplina de EMRC.

³Disciplinas semestrais.

Nota: No 7º ano a oferta de escola está atribuída à Língua Portuguesa e no 8º ano à Matemática.

3º Ciclo (ano letivo 2011/2012, de acordo com o Decreto-Lei nº 94/2011 de 3 de agosto)

Disciplinas/ Áreas não disciplinares	7º ano	8º ano	9º ano
Língua Portuguesa	90+90+90 (6h)	90+90+45 (5h)	90+90+45 (5h)
Inglês	90+45 (3h)	45+45 (2h)	90+45 (3h)
Francês	90+45 (3h)	90+45 (3h)	90 (2h)
Espanhol	90+45 (3h)	90+45 (3h)	90 (2h)
História	45+45(2h)	45+45 (2h)	90+45 (3h)
Geografia	90(2h)	90+45 (3h)	90 (2h)
Matemática	90+90 +45(5h)	90+90+90 (6h)	90+90+45 (5h)
Ciências Físico-Químicas	90 (2h)	90 (2h)	90 (2h)
Ciências Naturais	90 (2h)	90 (2h)	90+45 (3h)
Ed. Visual	90 (2h)	90 (2h)	90+45 (3h) ¹
Ed. Tecnológica	90 (2h) ³	90 (2h) ³	90+45 (3h) ¹
Tecnologias da Comunicação	90 (2h) ³	90 (2h) ³	-
Ed. Musical	90 (2h) ³	-	-
Ed. Física	90+45 (3h)	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Atividades de Acompanhamento e Estudo	45 (1h) ⁴	45 (1h)	45 (1h)
Formação Cívica	45 (1h)	45 (1h)	45 (1h)
TIC	-	-	90 (2h)
EMRC	45 (1h)	45 (1h)	45 (1h)
TOTAL 1	34h²	34h²	35h²

¹A escolher uma disciplina.

²Carga horária total sem a disciplina de EMRC.

³Disciplinas semestrais.

⁴No 7º ano é atribuído a Geografia, no 8º a História e no 9º a Ciências Físico-Químicas, preferencialmente.

3.2.4 Ensino Secundário

3.2.4.1 Oferta formativa

O ensino secundário visa proporcionar formação e aprendizagens diversificadas e compreende:

- Cursos científico-humanísticos, vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior;
- Cursos tecnológicos, orientados na dupla perspetiva da inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos, especialmente através da frequência de cursos pós-secundários de especialização tecnológica e de cursos do ensino superior;
- Cursos profissionais, vocacionados para a qualificação inicial dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos.

3.2.4.2 Cursos Científico - Humanísticos

Curso Científico - Humanístico			
Ciências e Tecnologias			
Disciplinas	10º ano	11º ano	12º ano
Português	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Língua Estrangeira I, II ou III	90+90 (4h)	90+90 (4h)	-
Filosofia	90+90 (4h)	90+90 (4h)	-
Educação Física	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Matemática A	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)
Física e Química A	90+90+135 (7h)	90+90+135 (7h)	-
Biologia e Geologia	90+90+135 (7h)	90+90+135 (7h)	-
Biologia ¹	-	-	90+90+135 (7h)
Física ¹	-	-	90+90+135 (7h)
Química ¹	-	-	90+90+135 (7h)
Psicologia B ¹	-	-	90+90+90 (6h)
Área de Projeto	-	-	90+90 (4h)
EMRC	90 (2h)	90 (2h)	90 (2h)
TOTAL 2	36h²	36h²	31h ou 32h²

¹A escolher **duas** disciplinas.

²Carga horária total sem a disciplina de EMRC.

Curso Científico - Humanístico Ciências e Tecnologias (ano letivo 2011/2012, de acordo com o Decreto-Lei nº 50/2011, de 8 de abril)			
Disciplinas	10º ano	11º ano	12º ano
Português	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Língua Estrangeira I, II ou III	90+90 (4h)	90+90 (4h)	-
Filosofia	90+90 (4h)	90+90 (4h)	-
Educação Física	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Matemática A	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)
Física e Química A	90+90+135 (7h)	90+90+135 (7h)	-
Biologia e Geologia	90+90+135 (7h)	90+90+135 (7h)	-
Biologia ¹	-	-	90+90+135 (7h)
Física ¹	-	-	90+90+135 (7h)
Química ¹	-	-	90+90+135 (7h)
Psicologia B ¹	-	-	90+90+90 (6h)
Formação Cívica ³	45 (1h)	-	-
EMRC	90 (2h)	90 (2h)	90 (2h)
TOTAL 2	37h²	36h²	31h ou 32h²

¹A escolher **duas** disciplinas.

²Carga horária total sem a disciplina de EMRC.

³Em vigor no ano letivo 2011/2012.

Curso Científico - Humanístico Línguas e Humanidades			
Disciplinas	10º ano	11º ano	12º ano
Português	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Língua Estrangeira I, II ou III	90+90 (4h)	90+90 (4h)	-
Filosofia	90+90 (4h)	90+90 (4h)	-
Educação Física	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
História A	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)
Geografia A ¹	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)	-
Espanhol ¹	90+90+135 (7h)	90+90+135 (7h)	-
Matemática Aplicada às Ciências Sociais ¹	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)	-
Psicologia B ²	-	-	90+90+90 (6h)
Geografia C ²	-	-	90+90+90 (6h)
Espanhol ²	-	-	90+90+90 (6h)
Área de Projeto	-	-	90+90 (4h)
EMRC	90(2h)	90(2h)	90(2h)
TOTAL 3	34h ou 35h³	34h ou 35h³	30h³

¹A escolher **duas** disciplinas.

²A escolher **duas** disciplinas, sendo **uma** obrigatoriamente do grupo de disciplinas de opção do 11º ano.

³Carga horária total sem a disciplina de EMRC.

Curso Científico - Humanístico			
Línguas e Humanidades (ano letivo 2011/2012, de acordo com o Decreto-Lei nº 50/2011, de 8 de abril)			
Disciplinas	10º ano	11º ano	12º ano
Português	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Língua Estrangeira I, II ou III	90+90 (4h)	90+90 (4h)	-
Filosofia	90+90 (4h)	90+90 (4h)	-
Educação Física	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
História A	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)
Geografia A ¹	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)	-
Espanhol ¹	90+90+135 (7h)	90+90+135 (7h)	-
Matemática Aplicada às Ciências Sociais ¹	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)	-
Psicologia B ²	-	-	90+90+90 (6h)
Geografia C ²	-	-	90+90+90 (6h)
Espanhol ²	-	-	90+90+90 (6h)
Formação Cívica ⁴	45 (1h)	-	-
EMRC	90(2h)	90(2h)	90(2h)
TOTAL 3	35h ou 36h³	34h ou 35h³	30h³

¹A escolher **duas** disciplinas.

²A escolher **duas** disciplinas, sendo **uma** obrigatoriamente do grupo de disciplinas de opção do 11º ano.

³Carga horária total sem a disciplina de EMRC.

⁴Em vigor no ano letivo 2011/2012.

3.2.4.3 Curso Tecnológico

Curso Tecnológico Desporto			
Disciplinas	10º ano	11º ano	12º ano
Português	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Língua Estrangeira I, II ou III	90+90 (4h)	90+90 (4h)	
Filosofia	90+90 (4h)	90+90 (4h)	
Educação Física	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Matemática B	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Biologia Humana	90+90 (4h)	90+90 (4h)	
Psicologia A	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Organização e Desenvolvimento Desportivo	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Práticas Desportivas e Recreativas	90+90 (4h)	90+90+90+90 (8h)	
1 Disciplina de Especificação:			
- Práticas de Dinamização Desportiva			120 h
- Práticas de Organização Desportiva			
Projeto Tecnológico			27 h
Estágio			160 h
EMRC	90 (2h)	90 (2h)	90 (2h)
TOTAL¹	36h	40h	20h²

¹Carga horária total sem a disciplina de EMRC.

²Carga horária total sem a Disciplina de Especificação, Projeto Tecnológico e Estágio.

3.2.4.4 Curso Profissional

Curso Profissional (Triénio 2008/2011)			
Técnico de Informática de Gestão			
Disciplinas	10º ano	11º ano	12º ano
Português	90+90 (4h)	90+90+45 (5h)	90+90 (4h)
Língua Estrangeira	90+45 (3h)	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Área de Integração	90+45 (3h)	90+45 (3h)	90+45 (3h)
TIC	90 (2h)	90+45 (3h)	-
Educação Física	90 (2h)	90(2h)	90 (2h)
Matemática	90+45 (3h)	90+90+45 (5h)	90+90 (4h)
Economia	90 (2h)	90+90 +45(5h)	90 (2h)
Linguagens de Programação	90+90+45 (5h)	90+90+90+45 (7h)	90+90+90+45 (7h)
Organização de Empresas e Aplicações de Gestão	90+45 (3h)	90+90+45 (5h)	90+90 (4h)
Sistemas de Informação	90+45 (3h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Aplicações Informáticas e Sistemas de Exploração	90 (2h)	90 (2h)	90+90 (4h)
Formação em contexto de Trabalho	100h	100h	220h
TOTAL¹	32h	44h	37h

¹Carga horária total sem a Formação em Contexto de Trabalho.

Curso Profissional Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (início no ano letivo 2011/2012)			
Disciplinas	10º ano	11º ano	12º ano
Português	90+90+45 (5h)	90+90+45 (5h)	90+90 (4h)
Língua Estrangeira	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90 (2h)
Área de Integração	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90 (2h)
TIC	90 (2h)	90(2h)	-
Educação Física	90 (2h)	90(2h)	90 (2h)
Matemática	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Física e Química	90+90 (4h)	90+90 (4h)	-
Sistemas Operativos	90 (2h)	90 (2h)	90+45 (3h)
Arquitetura de Computadores	90 (2h)	90+90 (4h)	-
Redes de Comunicação	90+90 (2h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Programação e Sistemas de Informação	90 +90+90+90(8h)	90 +90+90+90(8h)	90+90 +90+90+90(10h)
Formação em contexto de Trabalho	-	100h	320h
TOTAL¹	41h	43h	31h

¹Carga horária total sem a Formação em Contexto de Trabalho.

Curso Profissional Técnico de Apoio à Gestão Desportiva (início no ano letivo 2011/2012)			
Disciplinas	10º ano	11º ano	12º ano
Português	90+90+45 (5h)	90+90+45 (5h)	90+90 (4h)
Língua Estrangeira	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90 (2h)
Área de Integração	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90 (2h)
TIC	90 (2h)	90(2h)	-
Educação Física	90 (2h)	90(2h)	90 (2h)
Matemática	90(2h)	90+90 (4h)	90 (2h)
Psicologia	90 (2h)	90+90 (4h)	90 (2h)
Estudo do Movimento	90 +90(4h)	-	-
Práticas de Atividades Físicas e Desportivas	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)	90 (2h)
Organização e Gestão do Desporto	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Gestão de Programas e Projetos do Desporto	90 +90 (4h)	90 +90(4h)	90+90 (4h)
Gestão de Instalações Desportivas	90+90 (4h)	90+90 (4h)	90 (2h)
Formação em Contexto de Trabalho	-	100h	320h
TOTAL¹	41h	43h	26h

¹Carga horária total sem a Formação em Contexto de Trabalho.

3.2.5 Cursos de Educação e Formação

Curso de Educação e Formação – tipo 2 (Biénio 2008/2010)		
Jardinagem e Espaços Verdes		
Disciplinas	1º ano	2º ano
Formação Sociocultural		
Língua Portuguesa	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Inglês/Francês	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Cidadania e Mundo Atual	90+90 (4h)	90+90 (4h)
TIC	90 (2h)	90 (2h)
Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	45 (1h)	-
Educação Física	90 (2h)	90 (2h)
Formação Científica		
Matemática Aplicada	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Ciências Naturais	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Formação Tecnológica		
Manutenção de Jardins e Relvados	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)
Infraestruturas Básicas e Paisagísticas de Jardins	90+90+45 (5h)	90+90+45 (5h)
Instalação de Jardins e Relvados	90+90+45 (5h)	90+90+45 (5h)
Formação Prática/Estágio		
Formação em contexto de Trabalho	-	210
TOTAL¹	40h	39h

¹Carga horária total sem a Formação em Contexto de Trabalho.

Curso de Educação e Formação – tipo 2		
Instalação e Operação de Sistemas Informáticos		
Disciplinas	1º ano	2º ano
Formação Sócio- Cultural		
Língua Portuguesa	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Francês	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Cidadania e Mundo Atual	90+90 (4h)	90+90 (4h)
TIC	90 (2h)	90 (2h)
Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho	45 (1h)	-
Educação Física	90 (2h)	90 (2h)
Formação Científica		
Matemática Aplicada	90+90+45 (5h)	90+90 (4h)
Física e Química	90+45 (3h)	90 (2h)
Formação Tecnológica		
Instalação e Manutenção de Computadores	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Aplicações Informáticas de Escritório	90+90 (4h)	90+90 (4h)
Sistemas de Gestão de Bases de Dados	90+45 (3h)	90+45 (3h)
Instalação e Configuração de Computadores em Redes Locais e à Rede Internet	90+90+90 (6h)	90+90+90 (6h)
Formação Prática/Estágio		
Formação em contexto de Trabalho	-	210
TOTAL¹	42h	39h

¹Carga horária total sem a Formação em Contexto de Trabalho.

3.2.6 Disciplinas com reforço educativo no Ensino Secundário

De acordo com a decisão do Conselho Pedagógico, o Agrupamento faculta Aulas de Reforço Educativo, no ensino secundário, às disciplinas sujeitas a exame nacional. Estas aulas têm como objetivo uma melhor preparação para a realização dos exames nacionais e, conseqüentemente, promover o sucesso escolar dos alunos.

Curso Ciências e Tecnologias		
Anos	Disciplinas	Carga horária
10º	Matemática	90(2h)
11º	Biologia e Geologia	90 (2h)
	Física e Química A	90 (2h)
12º	Português	90 (2h)
	Matemática A	90 (2h)

Curso Línguas e Humanidades		
Anos	Disciplinas	Carga horária
11º	Geografia A	90 (2h)
	Espanhol	90 (2h)
12º	Português	90 (2h)
	História A	90 (2h)

3.3 Educação Pré-Escolar

3.3.1 Princípios e valores da Educação Pré-Escolar

Na base das Orientações Curriculares, numa perspetiva mais centrada em indicações para o Educador do que na previsão de aprendizagens a realizar pelas crianças, será o Educador o construtor do seu currículo, promovendo o desenvolvimento global da criança, através de diferentes momentos. Estes, numa continuidade e intencionalidade educativas partindo sempre do que a criança já sabe, criando condições para o sucesso das aprendizagens, são os seguintes:

- Observação.
- Planificação.
- Ação.
- Avaliação.
- Comunicação.
- Articulação.

Todos estes momentos têm como suporte o princípio geral que estabelece o seguinte:

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

Segundo este princípio estão implícitos os seguintes fundamentos articulados:

- O desenvolvimento e aprendizagem são vertentes indissociáveis.
- O reconhecimento da criança como sujeito no processo educativo.
- A construção articulada do saber.
- A exigência da resposta a todas as crianças.

3.3.2 Objetivos gerais da Educação Pré-Escolar

Através da organização do ambiente educativo como suporte de trabalho curricular e da sua intencionalidade, assim como das áreas de conteúdo e a sua articulação, à educação pré-escolar compete:

- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança com base em experiências de vida democrática numa perspetiva de educação para a cidadania.
- Fomentar a inserção da criança em grupos sociais diversos, no respeito pela pluralidade das culturas, favorecendo uma progressiva consciência como membro da sociedade.
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para sucesso da aprendizagem.
- Estimular o desenvolvimento global da criança no respeito pelas suas características individuais, incluindo comportamentos que favoreçam aprendizagens significativas e diferenciadas.
- Desenvolver a expressão e comunicação através de linguagens múltiplas como meio de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo.
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico.
- Proporcionar à criança ocasiões de bem-estar e de segurança, nomeadamente no âmbito da saúde individual e coletiva.
- Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.
- Incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade.

3.4 Ensino Básico

3.4.1 Princípios e valores orientadores do currículo do Ensino Básico

A clarificação das competências a alcançar no final da educação básica toma como referentes os pressupostos da lei de bases do sistema educativo, sustentando-se num conjunto de valores e de princípios que a seguir se enunciam:

- A construção e a tomada de consciência da identidade pessoal e social.
- A participação na vida cívica de forma livre, responsável, solidária e crítica.
- O respeito e a valorização da diversidade dos indivíduos e dos grupos quanto às suas pertenças e opções.
- A valorização de diferentes formas de conhecimento, comunicação e expressão.
- O desenvolvimento do sentido de apreciação estética do mundo.
- O desenvolvimento da curiosidade intelectual, do gosto pelo saber, pelo trabalho e pelo estudo.
- A construção de uma consciência ecológica conducente à valorização e preservação do património natural e cultural.
- A valorização das dimensões relacionais da aprendizagem e dos princípios éticos que regulam o relacionamento com o saber e com os outros.

Equacionaram-se à luz destes princípios as competências, concebidas como saberes em uso, necessárias à qualidade da vida pessoal e social de todos os cidadãos, a promover gradualmente ao longo da educação básica.

3.4.2 Competências gerais do Ensino Básico

À saída da educação básica, o aluno deverá ser capaz de:

- Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos para compreender a realidade e para abordar situações e problemas do quotidiano.
- Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar.
- Usar corretamente a língua portuguesa para comunicar de forma adequada e para estruturar pensamento próprio.

- Usar línguas estrangeiras para comunicar adequadamente em situações do quotidiano e para apropriação de informação.
- Adotar metodologias personalizadas de trabalho e de aprendizagem adequadas a objetivos visados.
- Pesquisar, selecionar e organizar informação para a transformar em conhecimento mobilizável.
- Adotar estratégias adequadas à resolução de problemas e à tomada de decisões.
- Realizar atividades de forma autónoma, responsável e criativa.
- Cooperar com outros em tarefas e projetos comuns.
- Relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspetiva pessoal e interpessoal promotora da saúde e da qualidade de vida.

3.5 Atividades de Enriquecimento Curricular

Considerando a importância do enriquecimento curricular para o desenvolvimento das crianças do 1º Ciclo e a ocupação plena dos tempos escolares, estão implementadas em todas as escolas do 1º Ciclo do Agrupamento, segundo o Despacho nº 14660/2008, de 26 de Maio, as Atividades de Enriquecimento Curricular:

3.5.1 Objetivos das A.E.C.

- Promover a igualdade de oportunidades perante o sistema educativo.
- Adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de ensino às necessidades da família.
- Garantir tempos pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens, associados à aquisição das competências básicas.
- Desenvolver atividades que permitam aos alunos explorar os diferentes conteúdos programáticos, com vista ao sucesso escolar futuro.
- Fomentar uma atitude positiva em relação à Língua Inglesa, às Expressões Artísticas e às Atividades Desportivas, providenciando condições para uma aprendizagem estimulante e bem sucedida, com profissionais especializados para o efeito.

3.5.2 Atividades de referências A.E.C.

- Atividades para os 1º e 2º anos:
 - Ensino do Inglês

- Atividade Física
 - Expressão Plástica
 - Expressão Musical/Música
 - Apoio ao Estudo
- Atividades para os 3º e 4º anos:
 - Ensino do Inglês
 - Atividade Desportiva
 - Expressão Plástica
 - Expressão Musical/Música
 - Educação Tecnológica
 - Apoio ao Estudo

3.5.3 Carga horária das A.E.C.

As AEC distribuem-se semanalmente da seguinte forma:

Actividades	Ano de escolaridade	Carga horária
Ensino do Inglês	1º e 2º	2 x 45 min.
	3º e 4º	3 x 45 min.
Atividade Física e Desportiva		2 x 45 min.
Expressões	1º e 2º	2 x 45 min.
Expressão Musical/Música		2 x 45 min.
Educação Tecnológica	3º e 4º	1 x 45 min.
Apoio ao Estudo		2 x 45 min.

O funcionamento das Atividades de Enriquecimento Curricular é regulado por Regimento próprio e pelo Protocolo assinado entre a Direção Executiva e a Câmara Municipal de Alpiarça, sendo esta a Entidade Promotora.

3.6 Ensino Secundário

3.6.1 Estratégias de desenvolvimento do currículo

No ensino secundário, entende-se por currículo nacional o conjunto das aprendizagens a desenvolver pelos alunos de cada curso de nível secundário, de acordo com os objetivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo.

O currículo nacional concretiza-se em planos de estudo elaborados com base nas matrizes curriculares anexas ao Decreto-Lei nº74/2004, de 26 de Março e pelo Decreto-Lei n.º 272/2007 de 26 de Julho.

As aprendizagens a desenvolver pelos alunos de cada curso de nível secundário têm como referência os programas das respetivas disciplinas, homologados por despacho do Ministro da Educação, bem como as orientações fixadas para as áreas não disciplinares.

As estratégias de desenvolvimento do currículo nacional são objeto dos projetos curricular e educativo do Agrupamento.

- A construção e a tomada de consciência da identidade pessoal e social.
- A participação na vida cívica de forma livre, responsável, solidária e crítica.
- O respeito e a valorização da diversidade dos indivíduos e dos grupos quanto às suas pertenças e opções.
- A valorização de diferentes formas de conhecimento, comunicação e expressão.
- O desenvolvimento do sentido de apreciação estética do mundo.
- O desenvolvimento da curiosidade intelectual, do gosto pelo saber, pelo trabalho e pelo estudo.
- A construção de uma consciência ecológica conducente à valorização e preservação do património natural e cultural.
- A valorização das dimensões relacionais da aprendizagem e dos princípios éticos que regulam o relacionamento com o saber e com os outros.

Equacionaram-se à luz destes princípios as competências, concebidas como saberes em uso, necessárias à qualidade da vida pessoal e social de todos os cidadãos, a promover gradualmente ao longo da educação básica.

3.6.2 Princípios e valores orientadores do currículo

A organização e a gestão do currículo do nível secundário de educação subordinam-se aos seguintes princípios orientadores:

- Articulação com o ciclo de escolaridade anterior, entre formações de nível secundário, com o ensino superior e entre as necessidades de desenvolvimento individual e as exigências impostas por estratégias de desenvolvimento do País.
- Flexibilidade na construção de percursos formativos.
- Permeabilidade, facilitando e reorientação do percurso escolar do aluno.
- Integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua elemento regulador do ensino e da aprendizagem.
- Transversalidade da educação para a cidadania e da valorização da língua e da cultura portuguesa em todas as componentes curriculares.
- Valorização da aprendizagem das tecnologias da informação e comunicação.
- Favorecimento da integração das dimensão teórica e prática dos saberes, através da valorização das aprendizagens experimentais nas diferentes áreas e disciplinas e da criação de espaços curriculares de confluência e integração de saberes e competências adquiridos ao longo de cada curso.
- Enriquecimento das aprendizagens, através do alargamento da oferta de disciplinas, em função do projeto educativo da escola, e da possibilidade de os alunos diversificarem e alargarem a sua formação, no respeito pela autonomia da escola.
- Equilíbrio na distribuição das cargas horárias de cada um dos três anos letivos.
- Racionalidade da carga horária letiva semanal.
- Alargamento da duração dos tempos letivos, de forma a permitir maior diversidade de metodologias e estratégias de ensino e melhor consolidação das aprendizagens.

3.6.3 Competências gerais do currículo

- Demonstrar autonomia, espírito crítico e criativo.
- Demonstrar respeito por normas, regras e critérios de atuação, de convivência, de trabalho e de utilização de espaços.
- Demonstrar sentido de responsabilidade, respeito pelo seu trabalho e o dos outros, por normas de segurança pessoal e coletiva.
- Usar as linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico, incluindo o uso adequado da língua portuguesa.
- Adotar metodologias de trabalho e aprendizagem.
- Mobilizar saberes culturais, científicos e tecnológicos, visando o desenvolvimento sistemático de competências.

- Adotar metodologias personalizadas de trabalho e aprendizagem, pesquisando, selecionando, questionando, organizando e tratando a informação numa perspectiva de resolução de problemas.

3.7 Transdisciplinaridade da Língua Portuguesa

A Língua Portuguesa é um poderoso fator de identidade nacional e cultural; por isso, o domínio desta é decisivo no desenvolvimento individual, no acesso ao conhecimento, no relacionamento social, no sucesso escolar, no exercício pleno da cidadania.

Para que a escola cumpra os Objetivos da Educação Básica é necessário que proporcione a cada aluno oportunidade para desenvolver valores e atitudes, utilizando de forma adequada, a Língua Portuguesa nas diversas situações de comunicação, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento das competências gerais da transversalidade disciplinar: Interdisciplinaridade.

Estas competências deverão ser operacionalizadas do seguinte modo:

- O aluno deverá:
 - Expressar-se oralmente e por escrito de forma confiante, autónoma e criativa;
 - Dominar metodologias de estudo (sublinhar, tirar notas, resumir);
 - Comunicar de forma correta e adequada, em contextos diversos e com objetivos diversificados, recorrendo às técnicas fundamentais da escrita.

Domínio ouvir/falar

- Expressar-se oralmente de forma desbloqueada, autónoma e audível.

- Apresentar, criticamente, o significado e a intencionalidade de mensagens veiculadas em discurso variados.

- Usar adequadamente linguagens das diferentes áreas do saber cultural, científico e tecnológico para se expressar.

- Usar corretamente a língua portuguesa para comunicar adequadamente e para estruturar o pensamento próprio.

- Interpretar o conteúdo de fontes, utilizando técnicas e saberes adequados à respetiva tipologia.

Domínio ler

- Desenvolver a competência da leitura utilizando materiais de consulta e de estudo que lhes permitam valorizar os saberes.

- Experimentar estratégias várias de leitura para obter informação.

- Localizar, pesquisar e selecionar informação relevante para concretização de projetos de trabalho.

Domínio escrever

- Desenvolver capacidades para produzir textos escritos com diferentes objetivos comunicativos, recorrendo às técnicas instrumentais da escrita.
- Praticar o aperfeiçoamento do texto: em trabalho individual, de pares ou de grupo.
- Organizar um glossário: utilização de conceitos e vocabulário de suporte às representações e construções de relações de temporalidade e espacialidade.
- Elaborar e comunicar, com correção linguística e de forma criativa, sínteses de assuntos estudados.

3.7.1 Critérios de apreciação formal – sugestão de correção

Na classificação das Fichas de Avaliação/ Testes/Fichas de trabalho devem ser tidos em consideração os seguintes critérios de apreciação formal:

O aluno deverá:

- Escrever com correção ortográfica.
- Estruturar a frase e o parágrafo de forma clara e correcta.
- Pontuar correctamente.
- Utilizar vocabulário de forma adequada com propriedade e rigor.
- Apresentar as ideias de forma ordenada e coerente.

São fatores de desvalorização:

Relativamente ao tema

- O afastamento do tema proposto (o afastamento total implica a desvalorização total).
- Um desenvolvimento confuso e desordenado.
- As repetições inúteis.
- O vazio de conteúdo.

Relativamente ao domínio da língua

- O desrespeito pelas normas da concordância.
- Os erros ortográficos.¹
- A ausência de pontuação.

¹São erros de grafia, entre outros:

- colocação errada ou desenho ambíguo do acento;
- troca de acento grave por agudo, ou til por circunflexo, etc.;
- incorreta translineação de palavras;
- ausência de duplo hífen na translineação de palavras hifenizadas;

- incorreta utilização de maiúscula e minúscula;
- a ausência da utilização correta das aspas.

¹Para efeitos de contagem de erros de grafia, o mesmo erro numa palavra repetida, só será contabilizado uma vez.

3.8 Áreas Disciplinares

3.8.1 Orientações para a planificação das Áreas Disciplinares

As áreas e disciplinas devem elaborar as respetivas planificações de médio-longo prazo, tendo em conta a articulação inter e intra-ciclos, quer ao nível disciplinar, quer ao nível interdisciplinar, de modo a clarificar convergências entre os diferentes programas curriculares, promover um ensino integrador de conhecimentos e desenvolver as competências definidas. Esta convergência entre os diferentes programas curriculares, a par do diálogo permanente dos docentes, permitirá uma melhor sequencialização de conteúdos programáticos nas diversas áreas disciplinares.

Devem, assim, criar-se mecanismos adequados de cooperação e comunicação entre os docentes, nomeadamente ao nível dos Departamentos Curriculares e Conselhos de Turma.

3.8.2 Competências Essenciais das Áreas Disciplinares

As Competências Essenciais das Áreas Disciplinares encontram-se no Anexo 1.

3.9 Áreas Curriculares não Disciplinares

3.9.1 Formação Cívica

Esta área não disciplinar deve ser encarada como um espaço privilegiado para promover o processo de autonomização do cidadão e do indivíduo. Tudo isto ganha especial acuidade quando tratamos com adolescentes ou jovens que necessitam de autonomia, de ser tidos em conta, de se expressarem... Em suma, de um espaço de liberdade onde o contacto com os colegas e confronto de pontos de vista são extremamente preciosos na construção de um sentimento de cidadania consciente e crítico.

Competências a Desenvolver	Temas
<ul style="list-style-type: none"> ● Respeitar a opinião dos outros e o direito à diferença; ● Aceitar regras de convivência social e de grupo; ● Desenvolver o espírito de solidariedade; ● Manifestar sensibilidade aos problemas da escola e da comunidade; ● Revelar capacidade de intervenção crítica; ● Reconhecer o valor do trabalho social; ● Saber ser e saber estar. 	<ul style="list-style-type: none"> ● De novo na Escola ● A Família ● A Prevenção Rodoviária ● Os Valores ● Educação para a Saúde ● Educação Ambiental ● Educação para a Sustentabilidade ● Educação do Consumidor ● Educação Sexual ● Direitos Humanos ● O Mundo do Trabalho, das Profissões e Educação para Empreendedorismo ● Educação para a Igualdade de Oportunidades ● Educação para a Solidariedade ● Educação para os Média ● Dimensão Europeia da Educação

Papel do professor responsável por este espaço:

- Assumir um papel de moderador, proporcionando as condições para que a discussão em grupo se processe com regras e num clima de respeito mútuo pelas diferentes posições face aos problemas;
- Ajudar os alunos a ouvirem-se;
- Encorajar os alunos a verbalizar as suas razões;
- Estar preparado para alguma situação de tensão emocional que a discussão de alguns temas possa gerar e que não deve ser descurada.

3.9.2 Estudo Acompanhado (no ano letivo 2011/2012, de acordo o Decreto-Lei nº 94/2011, de 3 de agosto, deixa de fazer parte do currículo do 3º ciclo)

Esta área de Estudo Acompanhado deverá ser entendida como um espaço capaz de contribuir para a aquisição/desenvolvimento de hábitos e métodos de trabalho, competências de leitura e de Matemática. Vai funcionar num regime de articulação sequencial de competências a desenvolver.

Competências a Desenvolver	Temas
<p>Entre estas competências encontram-se, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● As operações relacionadas com as estratégias de processamento da informação escrita, como o ato de sublinhar, parafrasear, elaborar esquemas, produzir resumos e textos; ● A motivação dos alunos para atribuir um sentido à informação com a qual contactam, o que constitui uma das condições fundamentais nesta área; ● O desenvolvimento de capacidades de comunicação, relacionamento, aquisição de métodos de trabalho e de estudo, bem como de compreensão e de dar respostas adequadas a situações problemáticas. 	<p>Mais do que um mero transmissor de informação, deve apoiar o aluno a confrontar-se com essa informação, devendo, para tanto:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Incentivar e ensinar os alunos a organizarem-se face às tarefas; ● Desenvolver estratégias de abordagem adequadas aos desafios; ● Ser animador, criativo e corajoso; ● Ter uma grande aproximação com os alunos; ● Ser comunicativo e cooperante com os outros; ● Gostar de trabalhar em equipa; ● Induzir os alunos na resolução de problemas.
<p>Quaisquer planos, atividades ou materiais têm de ser entendidos como pontos de partida de um trabalho de reflexão contextualizada e cooperada dos professores. No entanto, quanto mais sólida for a parceria entre os professores desta área e os professores das diversas disciplinas, mais impacto e legitimidade educativa assumirá esta área.</p>	

3.9.3 Área de Projeto (no ano letivo 2011/2012, de acordo com o Decreto-Lei nº 94/2011, de 3 de agosto, deixa de fazer parte do currículo)

A Área de Projeto integra a componente curricular não disciplinar dos alunos do Ensino Básico funcionando em articulação com as disciplinas curriculares e com a Formação Cívica e o Estudo Acompanhado, desenvolvendo as suas atividades segundo as orientações estabelecidas no Projeto Curricular de Turma e tendo como referências o Projeto Curricular de Agrupamento e o Projeto Educativo do Agrupamento.

Esta área permite envolver todos os alunos na realização de Projetos, permitindo o desenvolvimento da aprendizagem através da resolução de problemas.

Competências a Desenvolver	Temas
<p>Entre estas competências encontram-se, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Realizar Projetos adequados ao seu nível etário. ● Analisar e avaliar Projetos diversificados. ● Ter consciência crítica dos problemas da sociedade e da comunidade local. ● Utilizar em situações reais os conhecimentos adquiridos nas disciplinas curriculares. ● Utilizar os recursos disponíveis e recorrer a fontes de informação ao seu dispor. ● Planificar e organizar o trabalho. ● Trabalhar em equipa e cooperar com os outros. ● Utilizar as tecnologias de informação e comunicação de forma racional e ética. ● Comunicar, expor, defender e argumentar os seus pontos de vista perante os outros. 	<p>Anualmente será definido um tema aglutinador para o Agrupamento.</p> <p>O tema será definido pelo Conselho Pedagógico em articulação com os coordenadores da Área Projeto, o Conselho Geral e a Direção do Agrupamento.</p>
<p>O papel do(s) professor(s) responsável(eis):</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Os professores devem introduzir os campos problema e áreas temáticas e procurar «negociar» o Projeto com os alunos, tendo sempre presente os seus interesses, a sua idade, as potencialidades e limitações gerais e as finalidades da Área de Projeto. ● Incentivar os alunos a ter gosto em aprender. ● Sensibilizar e envolver todos os professores da turma na Área de Projeto. ● Coordenar e colaborar com os alunos nas atividades a realizar. ● Ministras conhecimentos teóricos sobre a Metodologia de Trabalho de Projeto. ● Dar a conhecer aos alunos métodos e técnicas de planificação e organização do trabalho. ● Dar a conhecer técnicas de avaliação de projetos e do trabalho, assim como técnicas de autoavaliação a partir de instrumentos de avaliação adequados. 	

3.9.4 Metodologias e estratégias para Área de Projeto

A metodologia a utilizar será a de Trabalho de Projeto, em que os alunos terão de formular problemas e tentar encontrar soluções em campos e áreas ligados à vida real, tendo como referência o Projeto Curricular de Agrupamento e o Projeto Educativo.

Os Projetos a realizar devem ter também em conta:

- Os interesses dos alunos.
- O seu nível etário.
- As capacidades, recursos e condicionalismos existentes.
- O trabalho de aula e o trabalho de campo (fora da aula ou exterior à Escola)

Considerando que a Metodologia de Trabalho de Projeto permite alguma flexibilidade na sua aplicação, podendo ser adaptada ao tipo de Projeto e aos intervenientes, indicam-se algumas sugestões metodológicas e estratégias.

- Identificação de um problema a partir de campos problema ou áreas temáticas.
- Análise do problema identificado.
 - Planificação do trabalho.
 - Formação de grupos, divisão e atribuição de tarefas.
 - Recolha, tratamento e sistematização da informação, pressupondo:
 - a) Trabalho na sala de aula: Técnicas e métodos de elaboração de questionários e inquéritos, guiões para a realização de entrevistas, técnicas e registo de observações e consulta de informação, nomeadamente a Internet.
 - b) Trabalho de campo: Realização de entrevistas e inquéritos, bem como visitas a locais para observação de situações de interesse para o projeto.
 - c) Intervenção de outras disciplinas, nomeadamente Língua Portuguesa e Matemática.
- Propor uma solução para o problema:
 - Análise da informação recolhida (intervenção de outras disciplinas).
 - Formulação de hipóteses (intervenção de outras disciplinas).
 - Esquematização da solução proposta (intervenção de outras disciplinas).
 - Planificação e divisão do trabalho.
 - Levantamento de recursos materiais e humanos.
 - Análise dos condicionalismos materiais, científicos e técnicos (intervenção de outras disciplinas).
 - Análise dos condicionalismos éticos e sociais (intervenção da Formação Cívica).

O produto final pode ser traduzido sob a forma de modelos tridimensionais, exposições, dramatizações, publicações, "portfolios", colóquios, palestras, etc.

- Execução do projeto:
 - Concretização das atividades previstas de acordo com o que foi previamente planejado, incluindo o trabalho individual e de grupo.
 - Ponderar a necessidade de reajustamentos e alterações ao inicialmente previsto.
- Apresentação do trabalho à comunidade.
 - Pressupõe a aprendizagem de técnicas e utilização de meios de comunicação, nomeadamente o recurso a áudio - visuais e às tecnologias de informação e comunicação.
- Avaliação do Projeto
 - Comparar os resultados obtidos com a situação inicial.
 - Avaliar a qualidade do trabalho desenvolvido e as dificuldades encontradas.
 - Avaliar a participação dos intervenientes.

3.10 Projeto Curricular de Turma

3.10.1 Perfil do Diretor de Turma

O Diretor de Turma deverá ser, preferencialmente, um professor profissionalizado nomeado pelo Diretor Executivo de entre os professores da turma, tendo em conta a sua competência pedagógica e capacidade de relacionamento.

Sempre que possível, deverá ser nomeado Diretor de Turma o professor que no ano anterior tenha exercido tais funções na turma a que pertenceram os mesmos alunos, exceto se existir alguma situação de incompatibilidade ou se o Diretor entender que não é benéfico para uma ou ambas as partes.

3.10.2 Orientações para o P.C.T.

O Projeto Curricular de Turma constitui-se como o conjunto de experiências e aprendizagens que se proporcionam aos alunos através da articulação com o currículo.

A elaboração do Projeto Curricular de Turma é da responsabilidade do Conselho de turma/ sala e será um instrumento que adequa o currículo definido para a escola ao contexto de cada turma; este deverá ser um documento dinâmico e em atualização permanente. Das reuniões do conselho de turma vão saindo novas informações que “obrigam” à sua adequação e reformulação.

A gestão do currículo efetua-se face à análise de cada situação e consiste em diversificar as práticas para que todos aprendam/ apreendam. Este projeto deverá ser construído e gerido em conselhos de turma/ docentes e sala de Jardim de Infância, em articulação com o Projeto Curricular do Agrupamento, tendo em atenção os seguintes aspetos:

- Caracterização do perfil da turma.
- Definição de prioridades curriculares decorrentes da análise da situação da turma, no seu contexto e tendo em atenção o percurso anterior.
- Estabelecimento consensual dos objetivos que se pretendam alcançar através do conjunto das disciplinas e das áreas curriculares não disciplinares.
- Periodização das competências gerais e operacionalizações transversal e específica, estabelecendo para as áreas curriculares as metodologias de trabalho a privilegiar e a avaliação.
- Orientações sobre o trabalho a ser desenvolvido nas áreas curriculares não disciplinares.
- Gestão dos programas.
- Discussão das planificações com foco nas atividades e condições especiais de avaliação.
- Estabelecimento de metodologias de trabalho e áreas de intervenção para as áreas curriculares não disciplinares e, por fim, a avaliação propriamente dita do projeto em si.

3.11 Estrutura do P.C.T.

3.11.1 Estrutura do P.C.T. do Pré-escolar

Índice	
Introdução	
1. Diagnóstico	Caracterização do grupo. Identificação de interesses e necessidades. Levantamento de recursos.
2. Fundamentação das opções educativas	
3. Metodologia	
4. Organização do ambiente	Do grupo. Do espaço. Do tempo. Da equipa. Do estabelecimento educativo.
5. Intenções de trabalho para o ano lectivo	Opções e prioridades curriculares. Objetivos efeitos esperados.

	Estratégias pedagógicas e organizativas previstas das componentes educativa e de apoio à família. Previsão dos intervenientes e definição de papéis.
6. Previsão dos procedimentos de avaliação	Dos processos e dos efeitos. Com as crianças. Com a equipa. Com a família. Com a comunidade educativa.
7. Relação com a família e outros parceiros educativos	
8. Planificação das atividades	

3.11.2 Estrutura do P.C.T. dos 1º, 2º e 3º Ciclos

Índice	
1. Introdução	
2. Alunos da turma	
3. Equipa Educativa	
4. Fundamentação do Projeto	
4.1 Caracterização da turma	Diagnóstico da turma: quem são os alunos, as idades, os alunos que beneficiam de SASE, alunos com idade fora da escolaridade obrigatória, com quem vivem os alunos; quem são os seus EE, níveis de repetência, saberes em défice, saberes que são pré-requisitos, que tipos de vivências, a opinião dos alunos sobre a escola, a profissão desejada dos alunos... .
4.2 Perfil da turma (identificação de problemas/dificuldades/interesses)	Estabelecimento de prioridades educativas para a globalidade da turma de acordo com o respetivo perfil. -Competências gerais do ensino básico e respetiva operacionalização, a desenvolver prioritariamente nas áreas curriculares disciplinares e não disciplinares. - Competências específicas (áreas curriculares disciplinares e não disciplinares)
4.3 Metas e Prioridades (estratégias)	
5. Organização do trabalho de equipa	
5.1 Plano de Operacionalização do Projeto Curricular de Turma	(finalidades do projeto/competências prioritizadas a desenvolver/ ações específicas a desenvolver)
5.2 Adequação de estratégias a situações concretas da turma	(estratégias de diferenciação de acordo com as necessidades educativas dos alunos – planos de recuperação e de enriquecimento curricular; articulação com os serviços

	especializados de apoio educativo; coordenação de atitudes...)
5.3 Articulação das áreas disciplinares	(análise de programas: identificação de conteúdos/competências/ atividades comuns...)
6. Desenvolvimento de Competências Transversais	<ul style="list-style-type: none"> - Métodos de estudo - Utilização da língua portuguesa - Utilização das TIC - Desenvolvimento de competências sociais e da participação cívica dos alunos na escola
7. Planificação das atividades da turma	<ul style="list-style-type: none"> - Articulação das áreas curriculares com as atividades do PAA - Formação Cívica - Estudo Acompanhado - Área de Projeto - Plano de Leitura da Turma
8. Participação dos Encarregados de Educação no Processo Educativo	(Parecer dos EE em casos de retenção repetida/apoios/NEE; participação dos EE em reuniões/entrevistas/exposições de trabalhos...)
9. Avaliação	
9.1. Avaliação Intermédia – 1ºP	Os alunos O Projeto
9.2 Avaliação Intermédia – 2ºP	Os alunos O Projeto
9.3 Avaliação final – 3ºP	Os alunos O Projeto

Sempre que possível associar uma imagem ao conceito

Complementar as instruções escritas (Testes Formativos) com indicações orais

Estabelecer ligações entre conceitos (significado / significante)

Usar Fichas de aplicação de conhecimentos com maior frequência

Elaborar um Glossário Temático para cada disciplina ou, simplesmente, uma lista dos conceitos fundamentais para cada disciplina (com base no trabalho realizado em sede de Conselho de Grupo Disciplinar), a qual possa ser trabalhada no âmbito do Ensino Específico do PLNM

3.12 Opções metodológicas do Agrupamento

A aprendizagem ocorre através do comportamento ativo do aluno: o que ele aprende é o que ele faz, não o que faz o professor.

As opções metodológicas deverão ter em consideração a necessidade de assegurar, recorrendo a diferentes metodologias, um ensino de qualidade e que tenha em conta as necessidades dos nossos alunos.

Assim, entre outras, as opções metodológicas adotadas pelo professor poderão passar por:

- pedagogia diferenciada, centrada na cooperação e na partilha de saberes;
- recurso a materiais diversificados e do interesse dos alunos, não centrando a prática pedagógica apenas nos manuais;
- promoção de atividades destinadas ao esclarecimento de dúvidas e resolução de dificuldades;
- promoção de uma efetiva comunicação entre os grupos disciplinares, como forma de uma gestão mais eficaz dos conteúdos;
- planificação e programação ao nível de cada ano de escolaridade, tendo em conta a especificidade de cada turma;
- promoção da leitura em todas as disciplinas e áreas curriculares não disciplinares;
- apoio ao currículo, nomeadamente através de:
 - articulação vertical no que diz respeito à aplicação de metodologias corretas de pesquisa de informação;
 - do reforço educativo no Ensino Secundário.
- disponibilidade do corpo docente do Agrupamento, nomeadamente os Diretores de Turma, para se articularem com as famílias, no sentido da corresponsabilização da educação e formação dos alunos;
- implementação e dinamização de vários projetos no âmbito da abertura/trabalho cooperativo com as famílias e com a comunidade.

3.13 Educação Especial/Apoio Educativo

O Decreto-lei 3/2008 de 7 de Janeiro define os apoios especializados a prestar em todos os níveis de educação e ensino, visando a “criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos, com limitações significativas ao nível da atividade e da participação num ou em vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente”, tendo como finalidade a inclusão educativa e social.

Relativamente ao processo de referenciação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, devem ser sinalizados o mais precocemente possível, detetando os fatores de risco associados às limitações ou incapacidades. A referenciação é feita por qualquer elemento da comunidade escolar através do preenchimento de um documento próprio e entregue ao Diretor do Agrupamento. O documento explicita as razões que levaram a referenciar a situação, anexando os documentos relevantes para o processo de avaliação

(relatórios médicos, entre outros). A referenciação mencionada deve ser entregue à Direção Executiva, até à primeira semana do terceiro período.

No âmbito dos processos de referenciação e quando realizado por um docente, o serviço é de aceitação obrigatória e integrado na componente não letiva do seu horário de trabalho.

O resultado do processo de avaliação é analisado em equipa pluridisciplinar, cujos procedimentos estão definidos no artigo 6º do Decreto-Lei 3/08 de 7 de Janeiro, virá expresso no relatório técnico-pedagógico explicitando, ou não, a necessidade de o aluno beneficiar de medidas educativas especiais, identificando as estratégias a adotar. Os pais ou encarregado de educação devem participar ativamente no processo, assim como expressar a sua aprovação.

Este documento é elaborado em conjunto e obrigatoriamente pelo Educador de Infância, Professor Titular de Turma, Diretor de Turma dos 2º,3º Ciclos e Secundário, Docente de Educação Especial e Encarregado de Educação e pelos Serviços de Psicologia e Orientação sempre que se justifique.

O programa educativo individual é o documento que fixa e fundamenta as respostas educativas e respetivas formas de avaliação. Integra o processo individual do aluno.

O coordenador do programa educativo individual é o Educador de Infância, o professor do 1º ciclo ou o Diretor de Turma a quem esteja atribuído o grupo que o aluno integra.

O Plano Individual de Transição surge na impossibilidade de o aluno adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo nacional. Este Plano Individual de Transição destina-se a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma atividade profissional com adequada inserção social, familiar ou numa instituição de carácter ocupacional. Deve ser implementado três anos antes da idade limite de escolaridade obrigatória.

As medidas educativas visam promover a aprendizagem e a participação dos alunos com necessidades educativas individuais. São elas:

- a) Apoio pedagógico personalizado;
- b) Adequações curriculares individuais;
- c) Adequações no processo de matrícula;
- d) Adequações no processo de avaliação;
- e) Currículo específico individual;
- f) Tecnologias de apoio.

A distribuição da carga horária dos Docentes de Educação Especial deve ter em conta o perfil de funcionalidade de cada aluno. Assim, os alunos que usufruem da alínea e) Currículo Específico Individual, nos 2º, 3º Ciclos e Secundário, devem ter contemplado no seu horário pelo

menos um bloco de 90 minutos e dois segmentos de quarenta e cinco minutos, com o Docente de Educação Especial, de forma a dar maior continuidade ao estabelecido no seu currículo específico individual.

Consideram-se modalidades específicas de educação:

- as escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos;
- as escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão.

E ainda a funcionar na E:B.1 /J.I. de Alpiarça de acordo com as necessidades dos alunos, procurando estratégias facilitadoras:

- as unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbação do espectro do autismo;
- as unidades de apoio especializado para alunos com multideficiência e surdo cegueira congénita. No âmbito da Intervenção Precoce na Infância foram criados Agrupamentos de Escolas de Referência.

Segundo o artº 27 do Decreto-Lei nº3/2008 de 7 de Janeiro o Agrupamento de Escolas José Relvas é atualmente de referência para a colocação de Docentes, abrangendo os concelhos de Alpiarça, Almeirim, Golegã e Chamusca.

3.14 Ensino Específico de Português Língua Não Materna (PLNM)(Despacho Normativo 7/2006, de 6 de Fevereiro)

Os alunos integrados nos Grupos de Nível de Proficiência (GNP) Iniciação e Intermédio são submetidos a uma avaliação descritiva a todas as disciplinas e áreas curriculares não disciplinares, apenas no primeiro período (no caso dos 2º e 3º ciclos). De acordo com o Despacho nº14/SERE/90, de 17 de Março, aos alunos vindos do estrangeiro e matriculadas após 31 de Dezembro, no ponto três “na impossibilidade de ser cumprida a exigência de duas avaliações será apenas levada em linha de conta a avaliação final do 3º período, dando-se, assim privilégio aos saberes já adquiridos.”, os docentes quer têm condições para efetuar avaliação sumativa deverão fazê-lo os restantes deverão mencionar uma avaliação qualitativa.

Estratégias a considerar no Projeto Curricular de Turma:

Estratégias

Pedagogia diferenciada na sala de aula

Reduzir o tamanho dos textos

Evitar orações demasiadas longas

Legendar imagens

Usar vocabulário simples e corrente

Formular perguntas de escolha múltipla

Ordenar pequenos textos (colocar na ordem frásica correcta)

Descrever imagens com base nos vocábulos apresentados

Recorrer a questões de resposta fechada (Verdadeiro e Falso)

Completar textos com espaços em branco, de acordo com elementos/ vocábulos fornecidos

3.15 Plano de Formação

O Plano de Formação do Agrupamento é uma das variáveis mais importantes para tornar o Projeto Educativo mais coerente e, conseqüentemente, ir ao encontro das necessidades de Formação Contínua do Pessoal Docente e Não Docente.

As ações que o Agrupamento planificar e organizar devem ser centradas no Projeto Educativo, sendo a sua realização orientada e tendo em conta as necessidades identificadas na fase de diagnóstico, destacando-se as seguintes:

- Avaliação de desempenho do pessoal Docente e Não Docente;
- Avaliação Interna;
- Competências TIC;
- Diversidade Cultural;
- Indisciplina na escola;
- Necessidades Educativas Especiais;
- Elaboração de portefólio (da Atividade docente / alunos);
- Bibliotecas Escolares / Centros de Recursos Educativos (Promoção da Leitura);
- Concretizar Planos de ação específicos (Matemática, Língua Portuguesa, PNL, entre outros, implementados ou a implementar).

As ações de formação a desenvolver serão dinamizadas pelo Centro de Formação da Lezíria do Tejo, entidade parceira no domínio da formação.

A concretização deve traduzir-se em informações assentes em saberes e competências específicas, relacionadas e implicadas nas práticas letivas.

Avaliação dos Alunos

IV-Avaliação dos Alunos

Avaliação dos Alunos

PROJETO CURRICULAR DO AGRUPAMENTO JOSÉ RELVAS

4.1 Pré-escolar

A Educação Pré-Escolar situa-se na continuidade de um processo educativo que a criança iniciou na família. Será sempre com a família, com a sua participação e ao seu lado que os educadores devem desenvolver o seu projeto educativo. A comunicação que estes estabelecem com os pais/encarregados de educação é essencial para que estes tenham um papel ativo e presente no acompanhamento dos seus educandos, uma vez que muitos dos conteúdos educativos nesta etapa são aprendidos de forma paralela e compartilhada. A avaliação como forma de comunicação, nesta faixa etária, poderá ter algumas consequências e influências decisivas no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças. A mesma implica uma tomada de consciência da ação carecendo de constante análise e possível reformulação de forma, que se encontre cada vez mais ao nível da generalidade dos pais/encarregados de educação. Também a imagem da criança deve ser transmitida de uma forma positiva sempre na base da proporcionalidade no maior número de vivências ricas e diversificadas, intervindo na zona de desenvolvimento próxima, para o crescente desenvolvimento do seu ser e aprender, salientando sempre o que as crianças sabem e são capazes de fazer, na partilha de informação com os pais, tendo em vista a adequação do processo educativo.

Cada criança tem a sua forma de estar, ritmo de desenvolvimento e aprendizagem; por sua vez e segundo a teoria das inteligências múltiplas, cada criança prefere ou está mais apta para uma das áreas do desenvolvimento, daí a atenção redobrada para respeitar e conduzi-la contornadamente para as diversas áreas. Também os pais são diferentes e as informações devem ser comunicadas conforme o seu destinatário.

Acreditando nesta linha de conduta e atendendo às finalidades acima contempladas na avaliação no Ensino Pré-Escolar, considera-se o seguinte:

● Espaços de Avaliação

- 1º momento – Início do 2º Período (Janeiro, em data a definir).
- 2º momento – Final do 3º Período (Julho), conforme calendarização para os outros níveis de ensino.

Momentos de avaliação correspondentes aos ensinos básico e secundário (a partir de 2009/2010).

Na Educação Pré-Escolar avaliar é sistemático, não se pode considerar a avaliação neste nível de ensino como um processo estandardizado e classificativo, a criança tem o seu tempo, o seu ritmo que deve ser respeitado, é necessário dar-lhe tempo para se perceber de forma evidente a sua evolução, também o Educador necessita de tempo, numa preparação antecipada e devidamente ponderada.

Os Docentes entendem estes espaços mais adaptados à sua realidade. Estes momentos não podem nem devem ser remetidos, exclusivamente, para as constatações de competências em função da idade/nível de ensino. Devemos, sim, aprender a escutar e a não nos angustiarmos em definir ou darmos informações exaustivas sobre a criança, mas sim, manter um processo de colaboração real com os seus pais/encarregados de educação com quem compartilhamos as dúvidas que temos, as perguntas e valorizamos tudo aquilo que podemos abordar, para que possam conseguir um conhecimento mais completo e global dos seus filhos e, a nós Educadoras, permite-nos regular a atividade educativa, tomar decisões e planear a ação, contando sempre com o feedback dos pais e outros intervenientes no processo educativo.

Atendendo aos princípios da avaliação na Educação Pré-Escolar, definimos adequadamente e com coerência dois tipos de fichas, com carácter formativo da avaliação;

- Fichas/Instrumentos de Avaliação.

- Ficha de Registo/Observação.
- Ficha de Informação/Avaliação.
- Ficha de Registo/Observação:

A ficha contemplada anteriormente era bastante abrangente, compreendia uma ficha única para todas as idades, o que de certa forma confundia os pais, era muito exaustiva e independentemente das explicações do Educador, os pais ficavam um pouco ansiosos, o que se podia refletir também negativamente nos seus educandos. O modelo atual, possui um carácter mais objetivo e claro, acessível à generalidade dos pais/encarregados de educação considerando separadamente os vários níveis etários (3;4anos/4;5anos/5;6anos) onde refere as competências específicas de cada idade.

- Ficha de Informação/Avaliação:

Esta ficha destinada apenas às crianças que transitam para o 1º ciclo, elaborada exclusivamente no final do ano letivo, continha uma descrição exaustiva da criança, não evidenciando alguma objetividade que os pais necessitam nesta etapa da vida dos seus filhos/educandos. Também o espaço “Observações” estava bastante diminuto, o que nos “obrigava” a conter em aspetos marcantes de cada criança, particularmente. O modelo atual vai ao encontro do pretendido pelo carácter do seu processo de preenchimento e apresentação, como documento escrito com informação global das aprendizagens, que clarifica facilmente as competências de cada criança, pois contém uma ficha anexa com os parâmetros de avaliação que os pais facilmente consultam e entendem. Tal como o pretendido espaço “Observações” está suficientemente alargado para o objetivo a que se propõe, podendo o Educador aqui realçar o percurso/evolução e progressos da criança.

Este documento também permitirá na articulação entre a Educação Pré-Escolar e o 1º Ciclo do Ensino Básico que o professor obtenha com clareza as aquisições feitas pela criança no Jardim-

de-Infância e, assim, as possa valorizar tal como é o objectivo podendo assegurar a continuidade e sequencialidade do percurso escolar das crianças, tendo em vista o sucesso das mesmas.

4.2 Primeiro, segundo, terceiro ciclos e Ensino secundário

4.2.1 Objeto

A avaliação incide sobre as aprendizagens e competências definidas no currículo nacional para as diversas áreas curriculares, de cada ciclo, considerando a concretização das mesmas nos projetos curriculares de escola e de turma, por ano de escolaridade.

Constituem objeto de avaliação em todas as áreas curriculares e disciplinas as aprendizagens no âmbito da educação para a cidadania, da compreensão e expressão em Língua Portuguesa e da utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Relativamente ao ensino secundário, a avaliação constitui um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelos alunos.

A avaliação tem por objeto a aferição de conhecimentos, competências e capacidades dos alunos e a verificação do grau de cumprimento dos objetivos globalmente fixados para o nível secundário de educação, bem como para cursos e disciplinas nele integrados.

O regime de avaliação é regulado em diploma próprio, em função da natureza dos cursos de nível secundário de educação.

4.2.2 Princípios

A avaliação das aprendizagens assenta nos seguintes princípios:

- Consistência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e competências pretendidas, através da utilização de modos e instrumentos de avaliação diversificados.
- Primazia da avaliação formativa, com valorização dos processos de autoavaliação regulada.
- Valorização da evolução do aluno, nomeadamente ao longo de cada ciclo.
- Transparência do processo de avaliação, nomeadamente através da clarificação e da explicitação dos critérios adaptados.
- Diversificação dos intervenientes no processo de avaliação

4.2.3 Intervenientes

O processo de avaliação é conduzido pelos professores responsáveis pela organização do ensino e da aprendizagem, envolvendo também:

- Os alunos, através da sua autoavaliação.
- Os encarregados de educação.
- Os técnicos dos serviços especializados de apoio educativo, outros docentes implicados no processo de aprendizagem dos alunos e os Diretores Regionais de Educação, quando tal se justifique.

Os Encarregados de Educação serão informados sobre os critérios de avaliação utilizados na escola. Poderão obter informações semanalmente (na hora semanal de atendimento do Diretor de Turma) sobre os progressos e dificuldades evidenciadas pelos seus educandos. Deverão colaborar com o Diretor de Turma na deteção e apoio às dificuldades evidenciadas pelos educandos.

No final de cada período será marcada uma reunião para entrega da avaliação, de forma a permitir um esclarecimento do percurso escolar do aluno.

Os Encarregados de Educação, enquanto intervenientes regulares do processo de avaliação, serão chamados a participar na análise de uma retenção repetida, no mesmo ciclo. A sua opinião deverá ser expressa por escrito, ao Diretor de Turma, que apresentará ao Conselho de Turma para ponderação na avaliação final.

4.3 Critérios de avaliação

Compete ao Conselho Pedagógico do Agrupamento, de acordo com as orientações do currículo nacional, definir os critérios de avaliação para cada ciclo e ano de escolaridade, sob proposta dos Departamentos Curriculares.

4.3.1 Primeiro ciclo

	Aquisição e aplicação de conhecimentos		Atitudes
	Fichas de avaliação ¹	Participação oral	
Departamento Curricular do 1º Ciclo	70	10	20

¹ou 70% repartidos: 60 % fichas de avaliação e 10% trabalhos.

4.3.2 Segundo e terceiro ciclos

¹ou 70% para Testes e/ou trabalhos práticos.

Anos de Escolaridade		Aquisição e aplicação de conhecimentos										Atitudes					
		Fichas de avaliação					Outros trabalhos/ Oralidade/Escrita										
		5°	6°	7°	8°	9°	5°	6°	7°	8°	9°	5°	6°	7°	8°	9°	
DEPARTAMENTOS	LÍNGUAS	Língua Portuguesa	70		70			20		20			10		10		
		Inglês	60		60			25		25			15		15		
		Francês	-	-	60			-	-	25			-	-	15		
		Espanhol	60		60			25		25			15		15		
	CIÊNCIAS EXATAS, EXPERIMENTAIS E DA NATUREZA	Matemática	65		60			15		20			20		20		
		Ciências da Natureza	65		-	-	-	15		-	-	-	20		-	-	-
		Ciências Naturais	-	-	60			-	-	20			-	-	20		
		C. Físico-químicas	-	-	80			-	-	-	-	-	-	-	20		
		Tecnologias da Comunicação	-	-	60		-	-	-	20		-	-	20		-	
		Tec. Infor. Comun.	-	-	-	60		-	-	-	-	20		-	-	-	20
	CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS	H.G.P.	70		-	-	-	20		-	-	-	10		-	-	-
		História	-	-	70			-	-	20			-	-	10		
		Geografia ⁴	-	-	80			-	-	-	-	-	-	-	20		
		EMRC ³	30		30			30		30			40		40		
	EXPRESSÕES	E.V.T	10		-	-	-	50		-	-	-	40		-	-	-
		Ed. Tecnológica ¹	-	-	60			-	-	10			-	-	30		
		Ed. Visual ¹	-	-	60			-	-	10			-	-	30		
		Ed. Musical	20		70 ⁵	-	-	50		-	-	-	30		30	-	-
		Ed. Física ²	20		20			60		60			20		20		

²80% repartidos: 20 % domínio cognitivo e 60% domínio psicomotor.

³60% repartidos: 30% trabalhos de grupo/portfólios, 10% trabalho intra aula e 20% participação.

⁴ou 80% repartidos: 70% Testes de avaliação e 10% trabalhos de grupo ou individuais.

⁵70% repartidos por: teste oral ou escrito (20%); teste auditivo (20%); prática vocal (10%); prática instrumental (10%); interpretação de pequenos excertos musicais (5%); criatividade (5%)

4.3.3 Ensino Secundário

		Aquisição e aplicação de conhecimentos						Atitudes			
		Testes de avaliação			Outros trabalhos/Oralidade/Escrita						
		Anos de Escolaridade		10°	11°	12°	10°	11°	12°	10°	11°
DEPARTAMENTOS	LÍNGUAS	Português	70			25			5		
		Português (profissional)	70			20			10		
		Inglês	60			30			10		
		Inglês (profissional)	40	40	-	40	40	-	20	20	-
		Francês	60			30			10		
		Francês (profissional)	40			40			20		
		Espanhol	60			30			10		
		Português Língua Não Materna (A1) ⁵	80						20		
		Português Língua Não Materna (B1) ⁶	90						10		
	CIÊNCIAS EXATAS, EXPERIMENTAIS E DA NATUREZA	Biologia e Geologia	65	65	-	30	30	-	5	5	-
		Biologia	-	-	65	-	-	30	-	-	5
		Biologia Humana	65	-	-	30	-	-	5	-	-
		Físico e Química A	65		-	30		-	5		-
		Física e Química ⁷	50		-	30		-	20		-
		Física	-	-	65	-	-	30	-	-	5
		Química	-	-	65	-	-	30	-	-	5
		Linguagens de Programação ¹	50			30			20		
Organização de Empresas e Aplicações de Gestão ¹		50			30			20			
Sistemas de Informação ¹		50			30			20			
Aplicações Informáticas e Sistemas de Exploração ¹		50			30			20			
Tecnologias da Informação e Comunicação (profissional)		50	-	-	30	-	-	20	-	-	
Sistemas Operativos ⁷		50			30			20			
Arquitetura de Computadores ⁷	50			30			20				
Redes de Comunicação ⁷	50			30			20				
Programação e Sistemas de Informação ⁷	50			30			20				
Economia ¹	50			30			20				

	Matemática A	70			20			10			
	Matemática B ²	50			40			10			
	Matemática (profissional)	50			30			20			
	MACS	65			25			10			
	Área de Projeto	-	-	-	-	-	90	-	-	10	
CIÊNCIA C. SOCIAIS E HUMANAS	História A	80	-	-	10	-	-	10	-	-	
	Geografia A ³	90			-	-	-	10		-	
	Área de Integração (profissional)	60			20			20			
	Filosofia	70			-	20		-	10		-
	Psicologia A	30			60			10			
	Psicologia B	-	-	30	-	-	60		-	-	10
	Psicologia ⁸	30			60			10			
	EMRC	30			30			40			
EXPRESSÕES	Ed. Física ⁴	20			60			20			
	Organização e Desenvolvimento Desportivo	80	-	-	-	-	-	20		-	
	Estudo do Movimento ⁸	50	-	-	30	-	-	20		-	
	Práticas Desportivas e Recreativas	50		-	30		-	20		-	
	Práticas de Dinamização Desportiva	-	20		-	60 ⁹				10	
	Organização e Gestão do Desporto ⁸	50			30			20			
	Gestão de Instalações Desportivas	50			30			20			
	Gestão de Programas e Projetos do Desporto	50			30			20			
	Práticas de Atividades Físicas e Desportivas (módulos teóricos)	50			30			20			
	Práticas de Atividades Físicas e Desportivas (módulos práticos)	15			15			70 ¹⁰			

¹Curso Profissional de Técnico de Informática de Gestão

²Curso Tecnológico de Desporto

³ou 90 % repartidos por: 80% Testes de avaliação e 10% trabalhos de grupo ou individuais.

⁴80 % repartidos por: 20 % domínio cognitivo e 60% domínio psicomotor. Para alunos impossibilitados de cumprir o domínio psicomotor, as percentagens serão repartidas da seguinte forma: 70% domínio cognitivo e 30% atitudes.

⁵ 80% repartidos por: leitura (20%); produção escrita (15%); compreensão do oral (25%); produção oral (20%)

⁶90% repartidos por: leitura (25%); produção escrita (25%); compreensão do oral (20%); produção oral (20%)

⁷ Curso Profissional de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos

⁸ Curso Profissional de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva

⁹60% repartidos por: outros trabalhos (50%); desempenho motor (10%)

¹⁰70% repartidos por: atitudes (20%); desempenho motor (50%)

4.3.4 Cursos de Educação e Formação

		Aquisição e aplicação de conhecimentos				Atitudes		
		Fichas de avaliação		Outros trabalhos/ Oralidade/ Escrita				
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	
Anos de escolaridade								
DEPARTAMENTOS	LÍNGUAS	Língua Portuguesa	50		30		20	
		Inglês	40		40		20	
		Francês	40		40		20	
	CIÊNCIAS EXATAS, EXPERIMENTAIS E DA NATUREZA	Matemática Aplicada	40		40		20	
		Higiene, saúde e segurança no trabalho	30		50		20	
		Física e Química	30		50		20	
		Aplicações Informáticas de Escritório	40		40		20	
		Instalação e Manutenção de Computadores	40		40		20	
		Tecnologias da Informação e Comunicação	40		40		20	
		Sistema de Gestão de Base de Dados	40		40		20	
		Instalação e Configuração de Computadores em Redes Locais e à Rede Internet	40		40		20	
		Ciências Naturais	30		50		20	
		Manutenção de jardins e relvados	20		60		20	
	C. SOCIAIS E HUMANAS	Instalação de jardins e relvados	20		60		20	
		Infraestruturas básicas e paisagísticas de jardins	20		60		20	
	EXPRE-SSÕES	Cidadania e Mundo Atual	50		30		20	
		Ed. Física	10		70		20	

Tabela de classificação de Fichas de avaliação e trabalhos dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico

Classificação quantitativa	Classificação qualitativa
0% -19%	Muito fraco
20% - 49%	Não satisfaz
50% - 54%	Satisfaz menos
55% - 69%	Satisfaz
70%-89%	Satisfaz bem
90%-100%	Satisfaz plenamente

Tabela de classificação de testes e trabalhos do ensino secundário

Classificação quantitativa	Classificação qualitativa
0-49 pontos	Mau
50 – 99 pontos	Medíocre
100 – 139 pontos	Suficiente
140 – 169 pontos	Bom
170-200 pontos	Muito bom

4.4 Modalidades de avaliação

4.4.1 Ensino básico

4.4.1.1 Avaliação diagnóstica

Esta avaliação realiza-se no início de cada ano de escolaridade, devendo articular-se com estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional. Esta avaliação pode ocorrer em qualquer momento do ano letivo quando articulada com a avaliação formativa. A elaboração das fichas / testes, no início do ano letivo, no âmbito de cada disciplina, terá de ser igual para todas as turmas.

4.4.1.2 Avaliação formativa

A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação do ensino básico, assume carácter contínuo e sistemático e visa a regulação do ensino e da aprendizagem, recorrendo a uma

variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem.

A avaliação formativa inclui uma vertente de diagnóstico, tendo em vista a elaboração e adequação do projeto curricular de turma e conduzindo à adoção de estratégias de diferenciação pedagógica.

A avaliação formativa fornece ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e aos restantes intervenientes, informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências, de modo a permitir rever e melhorar os processos de trabalho.

A avaliação formativa é da responsabilidade de cada professor, em diálogo com os alunos e em colaboração com os outros professores, designadamente no âmbito dos órgãos coletivos que concebem e gerem o respetivo projeto curricular e, ainda, sempre que necessário, com os serviços especializados de apoio educativo e os encarregados de educação, devendo recorrer, quando tal se justifique, a registos estruturados.

Compete ao Diretor, sob proposta do professor titular de turma/diretor de turma, a partir dos dados da avaliação formativa, mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes no estabelecimento de ensino com vista a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos. O acompanhamento e apoio deste processo cabem ao Conselho Pedagógico.

- Provas de aferição interna.
- Projeto testes intermédios.

- Provas de aferição interna:

Esta modalidade de avaliação tem como objetivo medir o grau de cumprimento dos programas e das competências curriculares adquiridas pelos alunos dos 2º e 3º ciclos e ensino secundário.

- Compete ao conselho pedagógico planificar, coordenar e avaliar todo este processo, definindo a modalidade, a calendarização e a duração da prova.
- As matrizes das provas serão aprovadas pelo conselho pedagógico, sob proposta dos departamentos curriculares.
- As provas serão elaboradas pelos grupos disciplinares e aprovadas pelos departamentos curriculares.
- O teor da prova deverá incidir sobre os conteúdos planificados até ao momento.
- A correção da prova deverá ser efetuada por todos os elementos do grupo disciplinar.
- Estas provas não se realizarão para as disciplinas em que estão previstos testes intermédios nacionais.

- Projeto testes intermédios:

Os testes intermédios são instrumentos de avaliação disponibilizados pelo Gabinete de Avaliação Educacional ao longo do ano letivo, tendo como principais finalidades permitir a cada professor aferir o desempenho dos seus alunos por referência a padrões de âmbito nacional, ajudar os alunos a uma melhor consciencialização da progressão da sua aprendizagem e, por acréscimo, contribuir para a sua progressiva familiarização com instrumentos de avaliação externa, processo a que estarão sujeitos no final do 3º ciclo do ensino básico, ou no ano terminal das disciplinas do ensino secundário.

Por decisão do Conselho Pedagógico o nosso Agrupamento aderiu a este projeto, sendo que as classificações destes testes equivalem a uma ficha/teste de avaliação da respetiva disciplina.

4.4.1.3 Avaliação sumativa

A avaliação sumativa consiste na formulação de uma síntese das informações recolhidas sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências definidas para cada área curricular e disciplinar, no quadro do projeto curricular de turma respetivo, dando uma atenção especial à evolução do conjunto dessas aprendizagens e competências.

A avaliação sumativa ocorre no final de cada período letivo, de cada ano letivo e de cada ciclo.

A avaliação sumativa é da responsabilidade dos professores que integram o Conselho de Docentes no 1º ciclo, dos professores que integram o Conselho de Turma, nos 2.º e 3.º ciclos, reunindo, para o efeito, no final de cada período. No 1º ciclo do Ensino Básico, a avaliação sumativa exprime-se de forma descritiva, incidindo sobre as diferentes áreas curriculares.

Compete ao professor titular de turma, no 1º ciclo e ao Diretor de Turma, nos 2.º e 3.º ciclos, coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação sumativa e garantir tanto a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação.

Nos 2.º e 3.º ciclos, a informação resultante da avaliação sumativa conduz à atribuição de uma classificação, numa escala de níveis de 1 a 5, em todas as disciplinas, a qual pode ser acompanhada, sempre que se considere relevante, de uma apreciação descritiva sobre a evolução do aluno.

Expressa-se de forma descritiva nas áreas curriculares não disciplinares, conduzindo, também, à atribuição de uma menção qualitativa (Não satisfaz, Satisfaz, Satisfaz bem).

4.4.2 Ensino secundário

4.4.2.1 Avaliação diagnóstica

Esta avaliação realiza-se no início de cada ano de escolaridade, conduz à adoção de estratégias de diferenciação pedagógica e contribui para elaborar, adequar e reformular o projeto

curricular de turma, facilitando a integração escolar do aluno, apoiando a orientação escolar e vocacional.

4.4.2.2. Avaliação formativa

A avaliação formativa é contínua e sistemática e tem função diagnóstica, permitindo ao professor, ao aluno, ao encarregado de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, com vista ao ajustamento de processos e estratégias.

A avaliação formativa determina a adoção de medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens a desenvolver. Compete ao Diretor, sob proposta do professor titular de turma/diretor de turma, a partir dos dados da avaliação formativa, mobilizar e coordenar os recursos educativos existentes no estabelecimento de ensino com vista a desencadear respostas adequadas às necessidades dos alunos. O acompanhamento e apoio deste processo cabem ao Conselho Pedagógico.

- Provas de aferição interna.
- Projeto testes intermédios.

- Provas de aferição interna:

Esta modalidade de avaliação tem como objetivo medir o grau de cumprimento dos programas e das competências curriculares adquiridas pelos alunos dos 2º e 3º ciclos e ensino secundário.

- Compete ao conselho pedagógico planificar, coordenar e avaliar todo este processo, definindo a modalidade, a calendarização e a duração da prova.
- As matrizes das provas serão aprovadas pelo conselho pedagógico, sob proposta dos departamentos curriculares.
- As provas serão elaboradas pelos grupos disciplinares e aprovadas pelos departamentos curriculares.
- O teor da prova deverá incidir sobre os conteúdos planificados até ao momento.
- A correção da prova deverá ser efetuada por todos os elementos do grupo disciplinar.
- Estas provas não se realizarão para as disciplinas em que estão previstos testes intermédios nacionais.

- Projeto testes intermédios:

Os testes intermédios são instrumentos de avaliação disponibilizados pelo Gabinete de Avaliação Educacional ao longo do ano letivo, tendo como principais finalidades permitir a cada

professor aferir o desempenho dos seus alunos por referência a padrões de âmbito nacional, ajudar os alunos a uma melhor consciencialização da progressão da sua aprendizagem e, por acréscimo, contribuir para a sua progressiva familiarização com instrumentos de avaliação externa, processo a que estarão sujeitos no final do 3º ciclo do ensino básico, ou no ano terminal das disciplinas do ensino secundário.

Por decisão do Conselho Pedagógico o nosso Agrupamento aderiu a este projeto, sendo que as classificações destes testes equivalem a uma ficha/teste de avaliação da respetiva disciplina.

4.4.2.3 Avaliação sumativa

A avaliação sumativa consiste na formação de um juízo globalizante, tem como objetivos a classificação e a certificação e inclui:

- A avaliação sumativa interna, da responsabilidade dos professores e dos órgãos de gestão pedagógica da escola.
- A avaliação sumativa externa, da responsabilidade dos competentes serviços centrais do Ministério da Educação, concretizada na realização de exames finais nacionais.

A avaliação sumativa conduz à tomada de decisão, no âmbito da classificação e da aprovação em cada disciplina, área não disciplinar e módulos, quanto à progressão nas disciplinas não terminais, à transição para o ano de escolaridade subsequente, à conclusão do nível secundário de educação e à admissão de matrícula.

A classificação obtida na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica não é considerada para efeitos de transição de ano e de conclusão do nível secundário de educação.

● Avaliação Sumativa Interna

A avaliação sumativa interna ocorre no final de cada período letivo, de cada ano letivo

A avaliação sumativa é da responsabilidade dos professores que integram o Conselho de Turma, reunindo, para o efeito, no final de cada período.

Compete ao Diretor de turma, coordenar o processo de tomada de decisões relativas à avaliação sumativa e garantir tanto a sua natureza globalizante como o respeito pelos critérios de avaliação.

A informação resultante da avaliação sumativa interna conduz à atribuição de uma classificação, na escala de 0 a 20 valores, em todas as disciplinas.

A avaliação sumativa interna no final do 3º período implica: apreciação global das aprendizagens e das competências desenvolvidas pelo aluno ao longo do ano letivo.

● Avaliação Sumativa Externa

A avaliação sumativa externa realiza-se no ano terminal da respetiva disciplina e aplica-se aos alunos de todos os cursos do nível secundário de educação, nos termos seguintes:

- Em todos os cursos na disciplina de Português.
- Em todos os cursos, com exceção dos cursos profissionais, na disciplina de Filosofia, da componente de formação geral.
- Nos cursos científico-humanísticos na disciplina trienal e nas disciplinas bienais estruturantes da componente de formação específica.
- Nos cursos profissionais e tecnológico, os alunos realizam exames no caso de prosseguimento de estudos.

4.5 Critérios de progressão/retenção

4.5.1 Primeiro e segundo ciclos

A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou retenção do aluno, expressa através das menções de Transitou ou Não transitou, no final de cada ano, e de Aprovado ou Não aprovado, no final de cada ciclo.

A decisão de progressão do aluno ao ano de escolaridade seguinte é uma decisão pedagógica e deverá ser tomada sempre que o conselho de turma considere:

Nos anos não terminais de ciclo (5º Ano), que as competências demonstradas pelo aluno permitem o desenvolvimento das competências essenciais definidas para o final do respetivo ciclo.

Nos anos terminais de ciclo, (6º Ano) que o aluno desenvolveu as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ciclo ou nível de escolaridade subsequente.

No final do 2.º ciclo e no âmbito da avaliação sumativa, o Conselho de Turma pode decidir a progressão de um aluno que não desenvolveu as competências essenciais, quando este:

- Tenha obtido classificação inferior a 3 nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática;
- Tenha obtido classificação inferior a 3 em três disciplinas ou em duas disciplinas e a menção de Não Satisfaz na Área de Projeto, desde que não integrem cumulativamente as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (Despacho Normativo 1/2005).

A disciplina de Educação Moral e Religiosa não é considerada para efeitos de progressão dos alunos.

No final do 1º Ciclo, a decisão quanto à avaliação final do aluno é da competência do professor titular de turma, em articulação com o conselho de docentes.

Na elaboração destes critérios foram tidos em conta:

- O despacho Normativo nº 1/2005.
- Despacho Normativo 50/2005.
- Os domínios transversais estabelecidos no Decreto – Lei nº 6/2001, alterado pelo decreto-Lei nº 94/2011, de 3 de agosto; domínio a Língua Portuguesa e a Educação para a Cidadania.
- O Imprescindível contributo da Matemática na promoção das competências gerais.
- A necessária valorização e reconhecimento das áreas curriculares não disciplinares.

4.5.1.1 Primeiro ano de escolaridade

Estes critérios não se aplicam aos alunos do 1º ano de escolaridade, pois a possibilidade de retenção não é aplicável neste grupo.

4.5.1.2 Segundo ano de escolaridade

Transitam ao ano seguinte todos os alunos que satisfaçam os critérios Gerais de Avaliação ;

Não transitam ao ano seguinte os alunos com aproveitamento não satisfatório a Língua Portuguesa e a Matemática;

A situação dos alunos com aproveitamento não satisfatório a Língua Portuguesa ou a Matemática deverá ser ponderada em Conselho de Docentes, tendo em conta os seguintes aspetos:

- Prejuízo para a progressão dos conhecimentos nas outras áreas;
- Desenvolvimento global do aluno;
- Desempenho na vertente da Educação para a Cidadania;
- Desempenho na Área de Projeto.

4.5.1.3 Terceiro ano de escolaridade

Transitam para o ano seguinte todos os alunos que satisfaçam os critérios Gerais de Avaliação;

Não transitam ao ano seguinte os alunos com aproveitamento não satisfatório a Língua Portuguesa e a Matemática;

A situação dos alunos com aproveitamento não satisfatório a Língua Portuguesa ou a Matemática deverá ser ponderada em Conselho de Docentes, tendo em conta os seguintes aspetos:

- Prejuízo para a progressão dos conhecimentos nas outras áreas;
- Desenvolvimento global do aluno;
- Desempenho na vertente da Educação para a Cidadania;
- Desempenho na Área de Projeto.

A situação dos alunos com aproveitamento não satisfatório a Estudo do Meio e na Área de Projeto deverá ser ponderada em Conselho de Docentes, tendo em conta os seguintes aspetos:

- Desenvolvimento global do aluno;
- Desempenho na vertente de Educação para a Cidadania;
- Desempenho a Língua Portuguesa e a Matemática;
- Desempenho na área de Estudo Acompanhado.

4.5.1.4 Quarto ano de escolaridade

Transitam ao Ciclo seguinte todos os alunos que satisfaçam os Critérios Gerais de Avaliação;

Não transitam ao Ciclo seguinte os alunos com aproveitamento não satisfatório a Língua Portuguesa ou a Matemática;

A situação dos alunos com aproveitamento não satisfatório a Língua Portuguesa ou a Matemática deverá ser ponderada em Conselho de Docentes, tendo em conta os seguintes aspetos:

- Prejuízo para a prosseguimento dos estudos;
- Desenvolvimento global do aluno;
- Desempenho na vertente da Educação para a Cidadania;
- Desempenho na Área de Projeto e de Estudo Acompanhado.

A situação dos alunos com aproveitamento não satisfatório a Estudo do Meio e na Área de Projeto deverá ser ponderada em Conselho de Docentes, tendo em conta os seguintes aspetos:

- Desenvolvimento global do aluno;
- Desempenho na vertente de Educação para a Cidadania;
- Desempenho a Língua Portuguesa e a Matemática;

- Desempenho na área de Estudo Acompanhado.

4.5.1.5 Quinto ano de escolaridade

- Três níveis inferiores a três (incluindo Língua Portuguesa ou Matemática).
- Quatro níveis inferiores a três.

Disciplinas com nível inferior a três	Efeitos
Língua Portuguesa+ Matemática	Progressão
Língua Portuguesa + Área de Projeto + 1	Retenção
Matemática+Ciências+História	Retenção
Matemática+Área de Projeto +Ciências +Inglês	Retenção
Língua Portuguesa +História+Inglês	Retenção

Ano Letivo 2011/2012

No final do 2º ciclo e no âmbito da avaliação sumativa, o Conselho de turma pode decidir a progressão de um aluno tenha obtido:

- Classificação inferior a 3 nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática
- Classificação inferior a 3 em 3 disciplinas, desde que não integrem cumulativamente Língua Portuguesa e Matemática

A disciplina de EMRC não é considerada para efeitos de progressão/retenção dos alunos.

Decisão do Conselho Pedagógico	
Disciplinas com nível inferior a três	Efeitos
Língua Portuguesa+ Matemática	Progressão
Matemática +Ciências +História	Retenção
Matemática +Ciências +Inglês	Retenção
Língua Portuguesa +História + Inglês	Retenção

4.5.1.5 Sexto ano de escolaridade (Despacho Normativo 1/2005)

Disciplinas com nível inferior a três	Efeitos
Língua Portuguesa + Área de Projeto	Aprovado

Língua Portuguesa +Matemática	Não Aprovado ¹
2 Disciplinas	Aprovado
2 Disciplinas + Área de Projeto (Não L.Port.+ Mat)	Não Aprovado ¹
3 Disciplinas (Não L.Port.+ Mat)	Não Aprovado ¹
Língua Portuguesa + Matemática + 1	Não Aprovado

¹A decisão de progressão de um aluno, nesta situação, pode ser tomada em Conselho de Turma por unanimidade.

Ano Letivo 2011/2012

Disciplinas com nível inferior a três	Efeitos
Língua Portuguesa +Matemática	Não Aprovado ¹
2 Disciplinas	Aprovado
3 Disciplinas (Não L.Port.+ Mat)	Não Aprovado ¹
Língua Portuguesa + Matemática + 1	Não Aprovado

¹A decisão de progressão de um aluno, nesta situação, pode ser tomada em Conselho de Turma por unanimidade.

4.5.2 Critérios de progressão/retenção – 3º Ciclo

A decisão de progressão do aluno ao ano de escolaridade seguinte é uma decisão pedagógica e deverá ser tomada sempre que o conselho de turma considere:

- Nos anos não terminais de ciclo (7º,8º anos), *que as competências demonstradas pelo aluno permitem o desenvolvimento das competências essenciais definidas para o final do respetivo ciclo.*
- Nos anos terminais de ciclo, (9º ano) *que o aluno desenvolveu as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ciclo ou nível de escolaridade subsequente, em conjunto com a avaliação sumativa externa.*

No 3º ciclo, no final do 3º período, o conselho de turma reúne para a atribuição da classificação da avaliação sumativa interna.

No final do 3º ciclo, o aluno não progride e obtém a menção de *Não Aprovado*, se estiver numa das seguintes situações:

- Tenha obtido classificação inferior a 3 nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática;

- Tenha obtido classificação inferior em 3 disciplinas.

4.5.2.1 Sétimo e oitavo anos de escolaridade

- Três níveis inferiores a três (incluindo Língua Portuguesa ou Matemática).
- Quatro níveis inferiores a três.

Exemplos

Disciplinas com nível inferior a três	Efeitos
Língua Portuguesa + Área de Projeto	Progressão
L.Port.+ História + Área de Projeto	Retenção
Matemática + Área de Projeto + Inglês	Retenção
Matemática + Ciências + História + Inglês	Retenção
Matemática+Ciências + Inglês	Retenção
L.Port.+ História + Inglês	Retenção

Ano Letivo 2011/2012

Decisão do Conselho Pedagógico	
Disciplinas com nível inferior a três	Efeitos
Matemática + Inglês + 1	Retenção
Matemática + Ciências + História + Inglês	Retenção
Matemática +Ciências + Inglês	Retenção
Língua Portuguesa + História + Inglês	Retenção

4.5.2.2 Nono ano de escolaridade

Exemplos

Disciplinas com nível inferior a três	Efeitos
L. Port. + Área de Projeto	Aprovado
L.Port.+ Matemática	Não Aprovado

L.Port.+ 2	Não Aprovado
2 Disciplinas (Não L.Port.)	Aprovado
2 Disciplinas + Área de Projeto	Não Aprovado
3 Disciplinas	Não Aprovado

Ano Letivo 2011/2012

Disciplinas com nível inferior a três	Efeitos
Língua Portuguesa + Matemática	Não Aprovado ¹
2 Disciplinas	Aprovado
3 Disciplinas (Não Língua Portuguesa + Matemática)	Não Aprovado ¹
Língua Portuguesa + Matemática + 1	Não Aprovado

¹A decisão de progressão de um aluno, nesta situação, pode ser tomada em Conselho de Turma por unanimidade.

4.6 Critérios de aprovação, transição e progressão – Ensino Secundário

A aprovação do aluno em cada disciplina e na Área de Projeto depende da obtenção de uma classificação final igual ou superior a 10 valores.

A classificação de frequência no ano terminal das disciplinas plurianuais não pode ser inferior a 8 valores.

A transição do aluno para o ano de escolaridade seguinte verifica-se sempre que a classificação anual de frequência ou final de disciplina, consoante os casos, não seja inferior a 10 valores a mais de duas disciplinas, sem prejuízo de outras situações enunciadas no artigo 23º da Portaria nº 550-D/2004, de 21 de Maio.

4.7 Reapreciação dos resultados da avaliação

As decisões decorrentes da avaliação de um aluno no 3º período de um ano letivo podem ser objeto de um pedido de reapreciação, devidamente fundamentado, dirigido pelo respetivo encarregado de educação ao órgão de direção executiva do estabelecimento de ensino, no prazo de 3 dias úteis a contar da data de afixação das pautas.

4.8 Avaliação das áreas curriculares não disciplinares

A classificação a constar nas áreas curriculares não disciplinares expressa-se através de uma menção qualitativa, a saber: Não Satisfaz, Satisfaz e Satisfaz bem.

Apresentam-se os quadros seguintes, que resumem os critérios e instrumentos de avaliação a utilizar nas áreas curriculares não disciplinares.

4.8.1 Estudo Acompanhado e Formação Cívica

Cada parâmetro deve ser classificado com uma avaliação qualitativa de Não Satisfaz, Satisfaz ou Satisfaz Bem, dos quais resulta a avaliação final da Área Curricular Não Disciplinar.

Todos os parâmetros a avaliar têm igual ponderação.

4.8.1.1 Estudo Acompanhado

Parâmetros a avaliar

Conhecimento e aplicação de técnicas de estudo

Capacidade de organização.

Cooperação com os outros

Sentido de responsabilidade.

Cumprimento das atividades propostas

Instrumentos de avaliação

Intervenção individual na aula

Trabalho individual e de grupo na aula

Organização dos materiais

Grelhas de observação

Auto e heteroavaliação contínua

Registos de atitudes/comportamentos no contexto geral de escola

4.8.1.2 Formação Cívica

Parâmetros a avaliar

Participação e empenho

Solidariedade e tolerância

Respeito pelas regras definidas

Diálogo e discussão de ideias

Instrumentos de avaliação

Intervenção individual na aula

Trabalho individual e de grupo na aula

Grelhas de observação

Auto e heteroavaliação contínua

Registos de atitudes/comportamentos no contexto geral de escola
(Registos recolhidos junto do Conselho de Turma)

Sentido de responsabilidade.

4.8.1.3 Atividades de Acompanhamento e Estudo – 3º Ciclo (no ano letivo 2011/2012, de acordo com o Decreto-Lei nº 94/2011, de 3 de agosto, integra o currículo)

Parâmetros a avaliar

Conhecimento e aplicação de técnicas de estudo

Capacidade de organização

Cooperação com os outros

Sentido de responsabilidade

Cumprimento das atividades propostas

Instrumentos de avaliação

Intervenção individual na aula

Trabalho individual e de grupo na aula

Organização dos materiais

Grelhas de observação

Auto e heteroavaliação contínua

Registos de atitudes/comportamentos no contexto geral de escola

4.8.2 Área de Projeto (no ano letivo 2011/2012, de acordo com o Decreto-Lei nº 94/2011, de 3 de agosto, deixa de fazer parte do currículo)

Competências Gerais	Parâmetros a Avaliar	
1. Seleção recolha e organização da informação	Recolhe e seleciona a informação	A
	Organiza adequadamente a informação	B
2. Sociabilidade e trabalho cooperativo	Aceita a opinião dos colegas e dos professores	A
	É sociável e coopera com os outros	B
3. Sentido de responsabilidade	É responsável	A
	Empenha-se nas tarefas propostas	B
4. Espírito de iniciativa	Revela espírito de iniciativa	A
	Revela interesse pelas tarefas propostas	B
5. Capacidade de comunicar em diferentes contextos	Revela criatividade na concretização e apresentação dos trabalhos	A
	Produz enunciados orais e escritos com correcção	B

Obs.: A Avaliação final é obtida a partir da soma de A+B a dividir por 10 (nº total de Itens).

Instrumentos de avaliação

Participação individual na sala de aula
 Colaboração no trabalho de grupo
 Organização da informação /materiais
 Grelhas de observação
 Registo de atitudes/comportamentos na sala
 Fichas de auto e heteroavaliação

Avaliação Final Qualitativa (Médias)

Nível -1 Entre 0 e 1,4 = NS	Nível 2 Entre 1,5 – 2,4 = ST	Nível 3 Entre 2,5 – 3 = SB
--------------------------------	---------------------------------	-------------------------------

Avaliação do Projeto

Avaliação do Projeto

PROJETO CURRICULAR DO AGRUPAMENTO JOSÉ RELVAS

V-Avaliação do Projeto

5.1 Explicitação dos mecanismos de avaliação/verificação/ controlo

Mecanismos de avaliação interna:

- Avaliação diagnóstica: inquéritos e entrevistas.
- Grelhas de apreciação da evolução das aprendizagens.
- Grelhas de observação de atitudes.
- Observação direta.
- Grelhas de autoavaliação.
- Fichas/testes de avaliação formativa.
- Provas de Aferição Interna.
- Testes Intermédios.

Mecanismos de avaliação externa:

- Provas aferidas.
- Exames nacionais do 9º ano – Língua Portuguesa e Matemática.
- Exames Nacionais do Ensino Secundário.

Dos resultados da aprendizagem:

- Equipa de Avaliação (Conselho Pedagógico).
- Estudo dos dados estatísticos da avaliação sumativa.

Dos resultados das atitudes e comportamentos:

- Grupos de acompanhamento (professores, alunos, funcionários e Encarregados de Educação).
- Estudos das participações, resultados dos conselhos de turma disciplinares, da avaliação feita no final de cada período.

Das práticas docentes:

- Grupos de acompanhamento (Conselho Pedagógico).

Estudo dos relatórios dos responsáveis dos Coordenadores dos Departamentos Curriculares, das participações entregues pela Associação de Pais e Encarregados de Educação e das participações dos Representantes dos Encarregados de Educação da turma ao Diretor de Turma.

Nota
Conclusiva

Nota conclusiva

PROJETO CURRICULAR DO AGRUPAMENTO JOSÉ RELVAS

VI- Nota Conclusiva

O Projeto Curricular pretende ser um meio facilitador da organização de dinâmicas de mudança que propiciem aprendizagens com sentido numa escola de sucesso para todos. O conceito de Projeto Curricular parte da crença de que a reconstrução do currículo nacional, para que se contemplem as situações e características dos diversos contextos, tem mais probabilidades de gerar intervenções educativas adequadas e induzir um processo formativo de melhor qualidade para todos os discentes.

Assim, entenda-se este Projeto Curricular como a forma particular segundo a qual, em cada contexto, se reconstrói e se apropria um currículo face a uma situação real, definindo opções e intencionalidades próprias, construindo modos específicos de organização e gestão curricular, adequados à consecução das aprendizagens que integrem o currículo para os nossos alunos em concreto.

É, igualmente, este Projeto um conjunto de decisões articuladas, partilhadas pela equipa docente deste Agrupamento, tendentes a dotar de maior coerência a sua atuação, concretizando as orientações curriculares de âmbito nacional em propostas globais de intervenção pedagógico-didática adequadas a um contexto específico.

De forma a otimizar a aplicabilidade deste Projeto Curricular, é importante que os professores, nos diversos níveis de escolaridade, conheçam as intenções dos objetivos da formação nos níveis que os antecederam e nos anos que se lhe vão seguir, bem como os conteúdos programáticos das áreas disciplinares a que se encontram ligados. Este trabalho, feito nos grupos disciplinares e nos departamentos curriculares, será um bom contributo para a organização do Projeto Curricular. Depois, ao nível da turma, caberá ao conselho de turma construir uma articulação, já não apenas no pressuposto de que determinado assunto foi ensinado e aprendido, mas sim que tenha em conta as situações reais dos alunos.

Indo ao encontro do que foi afirmado no parágrafo precedente, saliente-se que, para se avaliar internamente a implementação e o desenvolvimento deste Projeto, torna-se necessário:

- Verificar se as planificações anuais das disciplinas estão a ser cumpridas, de modo a respeitar o definido ao nível das competências e das aprendizagens a desenvolver.
- Analisar, através do processo de avaliação das aprendizagens do aluno, se se está a promover o nível de desenvolvimento das competências essenciais pretendido em cada ano/ciclo ao nível geral, transversal e específico de cada disciplina.
- Avaliar, através de questionários a aplicar aos alunos, professores e encarregados de educação, o grau de satisfação relativo a diversos aspetos de organização e gestão do funcionamento do Agrupamento.
- Realizar um balanço final com carácter anual, com vista a proceder a alterações/adaptações que permitam corrigir/melhorar este Projeto.

- Tentar encontrar respostas para os novos desafios que vão sendo colocados.

A avaliação exterior, da responsabilidade dos Serviços Centrais do Ministério da Educação, poderá ser uma forma de, o professor por um lado e a Escola por outro, poderem apreciar mais corretamente os resultados do seu trabalho, tanto individual como coletivo, devendo servir para promover a reflexão conjunta e contínua.

Finalmente, importa realçar que o Projeto que agora se apresenta deve ser entendido como um documento que possa proporcionar uma visão global das diferentes situações de ensino/aprendizagem, assim como uma construção interdisciplinar e integrada dos saberes.

NOTA: Texto atualizado ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Bibliografia

- Aavv. (1992), A Educação em Portugal, Cadernos pedagógicos nº 3, Porto, Edições Asa.
- Aavv. (2000), Quatro Textos Excêntricos, Lisboa, Relógio D'Água Editores.
- Barbier, J. M. (1996), Elaboração de Projectos de Acção e Planificação, Porto, Porto Editora.
- Barroso, J. (2000), Fazer da Escola Um Projecto, Lisboa, Educa.
- Broch & Cros (1992), Elaborar um Projecto Educativo de Escola: sim, mas como?, in Canário, R. *Inovação e Projecto Educativo de Escola*, Lisboa, Educa
- Canário, M. (1999), Construir o projecto educativo local: Relato de uma experiência, Cadernos de organização e gestão escolar, nº 10, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.
- Cury, A. (2003), Pais Brilhantes, Professores Fascinantes, Lisboa, Pergaminho.
- Dias, A. (1998), Autonomia das Escolas, Um Desafio, Lisboa, Texto Editora.
- Diogo, F. (1998), Por um projecto educativo de rede, Cadernos pedagógicos nº 25, Porto Edições Asa.
- Figueiredo, C. C. & Góis, E. (1995), A Avaliação da Escola Como Estratégia de Desenvolvimento da Organização Escolar, Lisboa, IIE.
- INE, I.P. (2008), Anuário Estatístico da Região Alentejo 2007, Lisboa, INE, I.P.
- Jares, X. (2002), Educação e Conflito – Guia de educação para a convivência, Edições ASA.
- Leite, C. (1999), Avaliação e Currículo, Braga, ANPLI
- Leite, C. (2000), Projecto Educativo de Escola, Projecto Curricular de Escola, Fátima
- Lemos, J. & Silveira, T. (2001), Autonomia e Gestão das Escolas, Porto, Porto Editora.
- Marques, R. (2003), Motivar Professores – Um Guia Para o Desenvolvimento Profissional, Lisboa, Editorial Presença.
- Morgado, J. (1997), A Relação Pedagógica, Lisboa, Editorial Presença.
- Morgado, J. (2003), Qualidade, Inclusão e Diferenciação, Lisboa, ISPA.
- Pombo, O. (2002), A Escola, a Recta e o Círculo, Lisboa, Relógio D'Água Editores.
- Ribeiro, A. (1992), Reflexões sobre a Reforma Educativa, 3ª edição, Lisboa, Texto Editora.

- Roldão, M. do Céu, (1999), Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas, Lisboa, DEB, Ministério da Educação
- Roldão, M. C. & Marques, R. (1999), Reorganização & Gestão Curricular no Ensino Básico – Reflexão Participada, Porto, Porto Editora.
-
- Sarmiento, M. (1993), A Escola e as Autonomias, Cadernos pedagógicos nº 9, Porto, Edições Asa.
- Urra, J. (2007), O Pequeno Ditador – Da criança mimada aos adolescentes agressivos, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Varela de Freitas, C. (2001), Gestão Flexível do Currículo, Contributos Para Uma Reflexão Crítica, Lisboa, Texto Editora.
- Vasconcelos, F. (1999), Projecto Educativo, Teoria e Prática nas Escolas, Lisboa, Texto Editora.

1 – Competências Essenciais do Currículo do Ensino Básico (O **Despacho nº 17169/ 2011, de 23 de dezembro** revoga o documento *Currículo Nacional do ensino Básico – Competências Essenciais*)

2 – Finalidades do Ensino Secundário